

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PADR- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A CONTRIBUIÇÃO DAS TROCAS INTERNAS E EXTERNAS NA FORMAÇÃO DA
OFERTA DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Uma avaliação através da Tabela de Recursos e Usos

Recife, Fevereiro de 2010

Wilson Grimaldi

**A CONTRIBUIÇÃO DAS TROCAS INTERNAS E EXTERNAS NA FORMAÇÃO DA
OFERTA DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

*Dissertação de Mestrado apresentada à
banca avaliadora como requisito para
obtenção do título de mestre em
Administração e Desenvolvimento
Rural.*

Orientador: Luiz Rodrigues Kehrle

Recife, Fevereiro de 2010

Ficha catalográfica

G861c Grimaldi, Wilson
A contribuição das trocas internas e externas na formação da oferta de bens e serviços do Estado de Pernambuco. Uma avaliação através da tabela de recursos e usos / Wilson Grimaldi. -- 2010.
83 f.: il.

Orientador: Luiz Rodrigues Kehrlé.
Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2010.

Referências

1. Transações interestaduais 2. Contas nacionais 3. PIB
4. TRU I. Kehrlé, Luiz Rodrigues, orientador II. Título

CDD 330

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Luiz Kehrlé, pela orientação, pois somente através de sua experiência e de sua paciência tornou-se possível a realização desta dissertação.

Ao Governo de Pernambuco, através da Agência CONDEPE/FIDEM, pela liberação das informações para a elaboração do trabalho, sobretudo a Maurílio Lima, meu eterno e querido amigo e companheiro de tantos anos de trabalho.

Aos meus amigos do IBGE, Frederico Cunha e Alessandra Poça, da Coordenação das Contas Nacionais - CONCAC por suas contribuições e o compartilhamento de suas ideias e experiências.

O maior agradecimento de todos vou fazer a Claudia Baptista Ferreira Pereira, minha melhor amiga e a melhor companheira de trabalho que alguém pode ter. Foi através dela que consegui grande parte da minha vida profissional. Sem seus ensinamentos, tanto profissionais como pessoais, não teria condições de desenvolver este trabalho, como também muitos outros que já passaram e os que ainda virão.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a contribuição e a devida importância das trocas internas e externas na economia pernambucana, detalhando o papel das importações na oferta e das exportações na demanda, dando ênfase às transações interestaduais.

Para atingir o objetivo, foi necessário o emprego de fontes básicas de informações dos Sistemas de Contas Nacionais do Brasil e das Contas Regionais para o ano de 2005 e principalmente das estimativas da Tabela de Recursos e Usos – TRU para Pernambuco. Com as informações da TRU-PE, foi possível detalhar por atividade econômica os valores das importações e exportações interestaduais, sendo essa etapa de suma importância para a realização do trabalho, já que foi elaborada uma metodologia de cálculo através dos dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco para estimar tais valores.

É exposta também a metodologia de cálculo da TRU-PE utilizada para estimar os valores dos componentes da oferta e da demanda estadual descrevendo cada um de seus componentes. Do mesmo modo, são apresentados os pesos setores de serviços da agropecuária e da indústria e o papel de cada um na economia pernambucana, tanto na oferta como na demanda, sobretudo da atividade da indústria de transformação e seus gêneros

Finalizando o trabalho, obteve-se que no estado de Pernambuco as importações e as exportações representam grande parte da demanda e da oferta, sobretudo desta última, já que o peso das compras é maior na oferta do que a participação das vendas na demanda.

Abstract

This paper aims at analyzing the contribution and importance of proper internal and external trade in the economy of Pernambuco, detailing the role of imports in supply and export demand, with an emphasis on interstate transactions.

To achieve the objective, it was necessary to use basic sources of information from the Systems of National Accounts of Brazil and of the Regional Accounts for the year 2005 and above estimates of Supply and Uses Tables to Pernambuco. With the information from the Supply and Uses Tables to Pernambuco was possible to detail by economic activity values of imports and exports interstate, and this step of paramount importance for the completion of the work since it was developed a methodology of calculation using data from the Department of Finance of State of Pernambuco to estimate such values.

It also exposed the methodology of calculation of Supply and Uses Tables to Pernambuco used to estimate the values of the components of supply and demand state describing each of its components. Similarly, weights are presented service sectors of agriculture and industry and the role of each in the economy of Pernambuco, both the supply and demand, especially the activity of processing industry and its genres

Finishing the job, it was found that the state of Pernambuco imports and exports accounted for much of the demand and supply, especially the latter, since the weight of shopping on offer is greater than the share of sales in demand.

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Referencial teórico.....	5
2.1. Antecedentes.....	5
2.2. Contas nacionais, regionais e tabela de recursos e usos.....	10
3. Metodologia.....	13
4. O peso dos setores na economia pernambucana	31
4.1. O peso dos serviços na economia pernambucana	31
4.1.1. Governo - A maior atividade da economia pernambucana	38
4.2. O peso da indústria na economia pernambucana	41
4.2.1. A importância da indústria de transformação	45
4.3. O peso da agropecuária na economia pernambucana	50
5. Componentes da oferta	53
6. Componentes da demanda	57
7. A contribuição das trocas na oferta e na demanda	61
8. Conclusão.....	73
9. Referências bibliográficas.....	75

1. Introdução

A atividade econômica configura-se nas trocas realizadas por inúmeros agentes, e o Sistema de Contas Nacionais (SNC) é meio pelo qual se classificam e se registram os agentes econômicos, os fluxos e os estoques de seus ativos e passivos. O SCN reflete a economia de um país através do registro de sua produção, de seu consumo, de sua acumulação e de sua riqueza.

A finalidade do SCN é a utilização das estatísticas, a compreensão da vida econômica e o subsídio da necessidade de informações para os responsáveis pela formulação e pelo acompanhamento de políticas públicas e privadas.

De 1665 a 1930, economistas como William Petty¹ e François Quesnay² foram os precursores no desenvolvimento de métodos de medir o nível de renda e o fluxo circular de renda. Entretanto, foram John Maynard Keynes, Ragnar Frisch, Simon Kuznets³, Wassily Leontief⁴, James Meade⁵ e Richard Stone⁶ as figuras predominantes da concepção e da estruturação das contas nacionais modernas.

¹ SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1999. De 1623 a 1687. Economista inglês, considerado o precursor da escola clássica e fundador da estatística econômica. Sua preocupação em indicar as melhores formas de arrecadar impostos e encaminhar os gastos públicos conduziu-o à necessidade de dispor de dados os mais amplos possíveis sobre a atividade econômica.

² SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1999. De 1694 a 1774. Economista francês, líder dos fisiocratas, uma das mais importantes figuras na constituição da economia como ciência. Em 1758, lançou seu célebre *Tableau Économique* (Quadro Econômico), uma simples folha impressa na gráfica real: mas era a primeira sistematização do encadeamento dos fatos econômicos, mostrando como ocorre a circulação da renda entre as atividades, a partir da agricultura.

³ SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1999. De 1901 a 1985. Economista norte-americano de origem russa, teórico do crescimento econômico. Foi pioneiro no desenvolvimento de uma base conceitual para o cálculo da renda nacional dos Estados Unidos, trabalho que lhe valeu o Prêmio Nobel de Economia de 1971.

⁴ SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1999. De 1906 a 1989. Economista russo radicado desde 1931 nos Estados Unidos, criador da análise de input-output (insumo-produto), que estimulou e desenvolveu o enfoque macroeconômico com base em dados reais. Recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1973.

⁵ SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1999. De 1907 a 1995. Economista inglês, nekeynesiano, pioneiro no campo da macroeconomia e especialista em comércio internacional. Recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1977, juntamente com o sueco Bertil Ohlin, pelas pioneiras contribuições realizadas à teoria do comércio internacional e aos movimentos internacionais de capital.

⁶ SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1999. De 1913 a 1991. Professor inglês aposentado da Universidade de Cambridge. Prêmio Nobel de Economia de 1984. Discípulo de Keynes, Stone foi laureado por seus estudos sobre sistemas de contabilidade pública, usados atualmente por dezenas de países, inclusive o Brasil, para calcular suas receitas e despesas, além de outros indicadores, como a renda per capita e o Produto Interno Bruto (PIB).

O SNA 1993 é composto por cinco blocos: as Contas Econômicas Integradas – CEI, a Tabela Recursos e Usos – TRU, a Tabela tridimensional das operações financeiras e dos estoques de ativos e passivos financeiros, a Tabela na qual algumas operações dos setores institucionais são apresentadas de acordo com sua função, e as Tabelas de população e emprego. Para o Brasil o SNC elaborado pelo IBGE é composto pela CEI, com algumas diferenças da SNA, pelas TRUs e pelas informações de população, emprego, e pelo PIB per capita.

De todos esses blocos, a TRU foi escolhida como o instrumento de trabalho para a avaliação das trocas interestaduais e com o exterior na formação da oferta de bens e serviço da economia pernambucana em 2005, já que faz um agrupamento das atividades econômicas e dos produtos, sendo eles bens ou serviços, de acordo com o tipo de operação econômica, podendo-se avaliar as trocas pela ótica da produção, do consumo intermediário e do consumo final dos componentes do valor adicionado. Além disso, o agrupamento das atividades pela TRU permite avaliar o processo produtivo da economia, os fluxos de bens e serviços e os aspectos básicos do processo de produção.

O SCN deu origem ao Sistema de Contas Regionais⁷ - SCR, e é através desse instrumento que se pode quantificar e estudar as economias regionais, ou seja, estaduais. Através desse sistema, por exemplo, pode-se verificar que, no ano de 2005, a produção total dos setores industrial, de serviços e agropecuário em Pernambuco atingiu um valor de 76,5 bilhões de Reais e um PIB – Produto Interno Bruto, de R\$ 49,9 bilhões de reais. Vale salientar que a diferença está no consumo intermediário e nos impostos, e será descrita mais adiante.

Para a escolha do ano de 2005 como base das estimativas da TRU de Pernambuco, foram considerados os dados mais recentes disponíveis das Contas Regionais, quando da execução do projeto da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco Condepe/Fidem⁸. Os técnicos responsáveis pelos cálculos das estimativas, entre os quais se inclui o autor desta dissertação, estão sempre atentos aos dados das Contas Regionais para atualizá-los quando

⁷ É o sistema de Contas, por Unidade da Federação, metodologicamente integrado e, portanto, comparável, no tempo e no espaço.

⁸ Órgão responsável pelo cálculo das Contas Regionais e do PIB Municipal de Pernambuco. www.condepefidem.pe.gov.br.

disponibilizados pelas fontes de pesquisas primárias, de acordo com as orientações metodológicas do SCR⁹ e da TRU-PE.

Para a obtenção do montante do Produto Interno Bruto de Pernambuco - PIB e seus componentes, agregam-se bens produzidos localmente e bens e serviços oriundos das unidades da federação e de fora do Brasil. Pernambuco destaca-se no Nordeste como produtor de bens intermediários para a indústria do centro-sul do país e, ao mesmo tempo, como entreposto comercial, por seu porte e por sua localização estratégica, abastecendo os outros estados da Região

Para medir a contribuição das trocas para formação da oferta de bens e de serviços do Estado de Pernambuco, ou seja, os fluxos de transações entre os setores, a metodologia de Leontief de insumo-produto, com base na Tabela de Recursos e Usos – TRU, é a mais aconselhável.

O trabalho visa a analisar as trocas, como atividade fundamental para a formação da oferta e da demanda estaduais, utilizando tanto as trocas interestaduais como as com o resto do mundo, através da compra e da venda de insumos dos agentes do território pernambucano e a consequência desses movimentos sobre a demanda final. Também o comércio – atividade que transaciona somente bens - é destacado, focando-se os movimentos de compra e de venda dos agentes pernambucanos para a formação da oferta estadual, tanto através da produção como da venda direta às famílias.

O estudo das trocas dá ênfase a seu papel de transacionar bens e serviços, aportando uma contribuição relevante para essa oferta, e admite-se que a TRU é o método mais adequado para avaliar essa contribuição.

O objetivo principal deste trabalho é quantificar, a partir da TRU de Pernambuco para o ano de 2005, a contribuição das trocas por vias internas e externas para a formação da oferta de bens e serviços da economia pernambucana. O estudo abrange todos os setores da economia, com ênfase nos bens industriais, já que a maioria dos serviços se caracteriza pela autossuficiência, por conseguinte, pelo baixo montante no valor das importações, tanto para outros estados como para outras nações.

⁹ Para mais detalhe acessar.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/SRM_contasregionais.pdf

Os objetivos específicos são: i) analisar os componentes da oferta; ii) analisar os competentes da demanda; e iii) analisar a influência das trocas, através da formação da oferta e da demanda na economia pernambucana.

A dissertação é dividida em nove partes, começando, com esta introdução, finalizando com a conclusão e as referências bibliográficas. As outras sete são divididas em capítulos.

O capítulo dois traz o referencial teórico, destacando as contribuições de Keynes, Leontief, Meade e Stone, e o papel do Sistema das Contas Nacionais (SCN) e seus antecedentes históricos, que deram origem às Contas Regionais; e por fim destaca-se a Tabela de Recursos e Usos.

A metodologia aplicada será apresentada no terceiro capítulo e consta de cinco tabelas: de produção; de importação de bens e serviços; da oferta a preços do consumidor; do consumo intermediário e de demanda total.

O quarto capítulo é mais complexo e mostra os setores da economia pernambucana, dividido nos serviços, onde se destaca o governo, na indústria, com forte presença da indústria de transformação, e na agropecuária. O capítulo apresenta as características de cada setor, e de suas principais atividades, para a formação da oferta e de demanda global da economia pernambucana no que é considerado como base.

A produção da economia pernambucana, a margem do comércio, a margem do transporte e os impostos são os componentes da oferta total e serão analisados no capítulo cinco.

O capítulo seis define os componentes da demanda (consumo intermediário, exportações, consumo da administração pública, consumo das famílias, consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias, formação bruta do capital fixo e variação de estoques), fazendo diferenciação entre demanda final e demanda total.

O capítulo sete consta da análise e da contribuição das trocas na oferta e na demanda estadual, com destaque para as importações dos bens industriais e seu papel nos recursos.

2. Referencial teórico

2.1. Antecedentes

Medir o nível de renda e riqueza das nações é uma preocupação muito antiga. O desenvolvimento de instrumentos que permitam contabilizar os avanços econômicos é uma preocupação entre os economistas de diversas gerações. Existem registros de esforços que procuram explicar o funcionamento da economia por meio de medidas estatísticas que surgiram há mais de trezentos anos, de acordo com Nunes (1998).

Os mais destacados precursores nessa área foram Petty e Quesnay, sendo o primeiro, responsável pelas primeiras estimativas do cálculo da renda nacional da Grã-Bretanha, durante o século XVII. Por sua vez, Quesnay, por volta de 1758, com o "*Tableu économique des physiocrates*", (*sic*) com a preocupação de mostrar que a agricultura era o único setor produtivo, introduziu duas inovações no cálculo da renda: a noção de fluxo circular da renda e o quadro econômico (tabelas de insumo-produto) que até os dias atuais são utilizados nas contas nacionais.

Mas, somente com as economias desmoronando depois da depressão de 1930 e a Segunda Guerra Mundial, foi preciso que o Estado interviesse através de medidas de política social e econômica para o enfraquecimento da crise. Uma nova explicação do funcionamento da economia capitalista que contestava a teoria neoclássica, quanto ao caráter passageiros das crises e à tendência ao equilíbrio, foi desenvolvida por Keynes, enfatizando as relações existentes entre os agregados: produção, consumo, investimento, poupança, e os correspondentes fluxos monetários que permitiram de base a formação da moderna contabilidade nacional.

Ao sugerir somente duas unidades de medidas obtidas a partir do valor monetário e do número de pessoas empregadas, foi possível avaliar o sistema econômico como um todo. Com base num método de cálculo do valor da renda e do produto, através de uma medida monetária, homogênea e qualificável, seus trabalhos conseguem distinguir a renda, a poupança e os investimentos, até chegarem ao sistema de contas nacionais.

São cinco equações propostas por Keynes que fundamentam as contas nacionais: i) do produto nacional ao custo de fatores; ii) do produto nacional ao preço de mercado; iii) da origem e da utilização da renda do governo; iv) da origem e da

utilização da renda do setor privado e da renda nacional; e v) da formação de capital.

Com base no trabalho de Keynes, integraram-se as finanças públicas com as contas nacionais, e também se introduziu o método contábil de registro de trocas econômicas através das partidas dobradas. Mesmo com poucas estatísticas confiáveis na época, o método de partidas dobradas poderia validar um modelo contábil coerente e garantiria mais qualidade às estimativas.

Com a utilização do método contábil das partidas dobradas, foi possível separar os neoclássicos (estimativas da renda nacional) da nova contabilidade social. A partir daí, as relações entre os fluxos de renda e despesa, produção e consumo, poupança e investimento, nacional e exterior, seriam avaliados com mais qualidade e precisão.

As contas nacionais passaram a ter um papel de destaque no planejamento econômico das nações, antes utilizado somente para mera comparação de riquezas, e passariam a medir a renda nacional (passada e atual), a elaborar modelos de previsão e planejamento dos agentes econômicos e daria mais ênfase às finanças públicas, como sendo uma variável macroeconômica.

Vale salientar que a proposta desse marco teórico não segue uma ordem cronológica, pois os trabalhos de Keynes contribuíram como base para James Meade e Richard Stone em 1941, sobre a renda nacional, consumo, poupança e investimento. E essa, por sua vez, seria a base de uma nova metodologia, de 1947, de Stone, que serviria por fim para a estrutura dos Sistemas de Contas Nacionais, sugeridos pelas Nações Unidas.

O economista Ragnar Frisch¹⁰ também colaborou para as modernas contas regionais a partir da introdução dos conceitos dos processos de produção, geração e apropriação de renda, consumo e acumulação. Até as rendas dos fatores utilizados no processo de produção são nomeadas de “custos dos fatores”. A partir de então, começaram a ser difundidos os conceitos de custo de fator, preço básico e preço de mercado. O produto nacional ao custo de fatores seria o valor da renda dos fatores

¹⁰ SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1999. De 1895 a 1973. Economista norueguês, criador do termo “econometria” e um dos fundadores da Sociedade Internacional de Econometria, em 1930, nos Estados Unidos. Recebeu o primeiro Prêmio Nobel de ciências econômicas, em 1969, juntamente com Jan Tinbergen. Elaborou modelos de política econômica (os “modelos decisoriais”), cuja finalidade é mostrar os efeitos de diversas políticas econômicas em determinado país, em determinado momento e estudar as diversas combinações possíveis dos “níveis de comando”, sua coerência com os fins da política econômica perseguidas e sua coerência entre eles.

empregados na produção, já, ao produto nacional bruto ao preço de mercado, seriam incluídos os valores referentes aos impostos indiretos, líquidos e subsídios.

Simon Kuznets também contribuiu para o SCN com a diferenciação do PIB - produto interno bruto e o PNB - produto nacional bruto. Sendo o primeiro a contribuição dos agentes nacionais residentes, somadas as rendas dos fatores provenientes do exterior, e o PNB, a produção no território geográfico da nação em questão. Kuznets distinguiu as despesas de operações correntes e despesas de capital e definiu os serviços públicos como parte da demanda final, por se tratar de um bem gratuito. Verifica-se a interação entre Kuznets e Keynes, pois contribuíram para o desenvolvimento das Contas Nacionais Modernas nos Estados Unidos durante os anos 40 do século XX.

A contribuição de Leontief para o desenvolvimento das contas nacionais modernas está relacionada com seus estudos sobre matrizes de insumo-produto que permitiram a desagregação das estimativas das contas nacionais relativas à geração e apropriação primária da renda, por ramo de atividade econômica (NUNES, 1998 p. 65).

Para Leontief, uma simples variação nos salários geraria um impacto complexo na economia como um todo. A partir dos ensinamentos de Walras¹¹ sobre a tendência do equilíbrio e o equilíbrio geral juntamente com as equações básicas das contas nacionais referentes à identidade entre produto, renda e despesas montaram o modelo de insumo-produto. Primeiro foi estimado um modelo fechado, sem trocas com o exterior, mas em 1951 foi apresentado o modelo aberto estudado até os dias atuais.

No modelo aberto, as famílias, juntamente com o governo e outros usuários finais, devem ser tratadas separadas dos setores produtivos, já que são consideradas da demanda final. A estrutura da produção são atividades que consomem insumos intermediários ou primários, advindo de outras atividades utilizadas no processo produtivo.

Segundo Nunes (1998), o preço de cada setor produtivo é determinado pelas despesas totais feitas com a aquisição (usos ou *inputs*) dos insumos durante a produção dos produtos (recursos e *outputs*). Portanto, as despesas compreendem o

¹¹ Economista e matemático francês associado com a criação da Teoria do Equilíbrio Geral. Defendia a liberdade da economia como meio de ajustar as diferenças sociais; com conceitos matemáticos justificava sua teoria, juntando-a com as teorias de produção, troca, moeda e capital.

pagamento dos insumos comprados aos outros setores e o pagamento às famílias que cedem os fatores de produção.

Como no modelo das contas nacionais, o de Leontief reproduz três equações básicas: a de produção, da renda e da demanda final, sendo o número de equações determinado pelo número de setores e categorias de demanda final. Cada linha é responsável pela composição da demanda final, e cada coluna, a estrutura produtiva da economia. Por conseguinte, o valor adicionado é igual à renda dos fatores que é semelhante à demanda final, para garantir a convergência do equilíbrio do sistema.

Entretanto, para a construção de uma matriz é necessária, primeiramente, a elaboração de uma TRU, onde se analisam as relações de produção em detrimento da renda e da demanda, como também da oferta de bens e serviços.

A Matriz de Insumo-Produto revelava a interdependência entre os setores produtivos de uma economia. Graças à noção *walrasiana* de equilíbrio e de coeficientes fixos, foi possível elaborar modelos de projeção da estrutura produtiva. Os valores da tabela de insumo-produto sobre origem e destinos do produto e da renda gerada e distribuída constituem a conta de bens e serviços e a geração de renda das Contas Nacionais Modernas.

Por fim, Meade e Stone são responsáveis pelo sistema original do utilizado pelas Nações Unidas; entretanto, deve-se notar que, nos anos de 1930 e 1940, trabalharam em conjunto com Keynes. O método de construção era baseado na origem, na apropriação e no uso da renda nacional.

O sistema de contas proposto pelos dois incluía sete tabelas:

1. Conta de produção ou renda nacional líquida a custo de fatores,

Com três colunas: a coluna I representava as rendas da propriedade, dos lucros, dos juros, dos salários, da terra, do capital e do trabalho; a coluna II media o valor adicionado pelos setores produtivos; e a III representava a compra de bens e serviços finais.

2. Conta de apropriação e uso da renda - I

Também com três colunas divididas em: renda pessoal (disponível) após a dedução de impostos diretos, renda pessoal após dedução dos impostos indiretos e consumo pessoal e poupança das famílias.

3. Conta de apropriação e uso da renda - II

Vinculada às duas tabelas acima citadas, o método de partidas dobradas possui duas colunas, sendo cada uma delas dividida em dois, somando quatro no total. A

primeira corresponde à renda pessoal antes da dedução dos impostos e seus respectivos correspondentes tanto na conta de apropriação e uso da renda como na conta de produção. A segunda parte é o consumo pessoal e a poupança e sua correspondência.

4. Conta Capital

Também com duas colunas, mostra os fluxos de poupança e investimento da economia, e seria a fonte da poupança e seu uso, tanto públicos como privados.

5. Conta de apropriação e uso da renda do governo

Também com duas colunas, sendo a primeira a renda do governo (total de receitas) e seus gastos (transferências, subsídios gastos correntes). Com a utilização dessas quatro tabelas, Meade e Stone montaram um sistema de contas nacionais com o método de partidas dobradas, com a identificação dos débitos e créditos de cada transação econômica, como também inseriram as equações de Keynes de produto, renda e despesa.

6. Balança de pagamentos

Ou conta de transações com o exterior, dividida em total da renda gerada por receitas provenientes do exterior, total de gastos correntes, e investimento no exterior.

7. Conta do produto interno líquido gerado por gastos internos

A primeira coluna representa renda interna gerada por gastos internos e a segunda os gastos internos com consumo corrente e investimento.

A partir desse estudo, Stone lidera a construção do sistema de contas nacionais padronizado que seria utilizado pelas Nações Unidas, posteriormente em 1953. Foi responsável também pela disseminação da metodologia e de novos procedimentos metodológicos, como utilização de índices de quantidade e preço, introdução das tabelas de insumo-produto e revisão do sistema das Nações Unidas, em 1968.

Vale salientar a contribuição para este capítulo da tese de doutorado do então presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, e ex-coordenador das Contas Nacionais do mesmo órgão.

2.2. Contas nacionais, regionais e tabela de recursos e usos

O manual *System of national accounts- SNA* (1993), publicado pelas Nações Unidas em 1993, é a base de referência utilizada pelo IBGE desde dezembro de 1997, quando se publicou a primeira revisão do Sistema de Contas Nacionais – SCN, com a introdução das recomendações internacionais mais recentes, sendo utilizado por grande parte dos países do globo.

Em 2007, O IBGE divulgou a nova série do SCN, que incorporou nova base de informações e atualizou alguns conceitos e definições, introduzindo as últimas recomendações das Nações Unidas e de outros organismos internacionais e passou a adotar uma classificação de atividades e produtos compatíveis com a Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE.

Nas mudanças ocorridas na nova série do SCN, destaca-se a introdução das pesquisas de informações anuais, da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e do Censo Agropecuário.

O SNC foi o alicerce para a estruturação da nova base da Contas Regionais, e várias de suas aplicações foram usadas para o cálculo do Produto Interno Bruto – PIB das Unidades da Federação. Entretanto, a primeira publicação das Contas Regionais do Brasil para a série 1985-1997 deu-se em 1999, tendo 1985 como ano base. Como no Brasil, em 2007, foi publicada a nova série, com os aprimoramentos das pesquisas, introduziram-se os novos conceitos, como também níveis geográficos mais desagregados, resultando na publicação dos anos de 2002-2005, tendo 2002 como ano base.

Segundo Figueirôa (2006), a história das Contas Regionais para as Unidades da Federação, e, conseqüentemente em Pernambuco, começou com a IV Conferência Nacional de Estatística (IV CONFEST), promovida pelo IBGE no Rio de Janeiro. Depois desse encontro, o IBGE voltou a assumir a coordenação do processo de elaboração de um projeto para o cálculo do PIB das Unidades da Federação de forma unificada.

A Agência Condepe/Fidem (antigo Condepe – Instituto de Planejamento de Pernambuco), preocupada com as estatísticas disponíveis na época, sobretudo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, que mostravam a depreciação de Pernambuco com relação ao Ceará, enviou para o referido encontro

os economistas Claudia Baptista Ferreira Pereira¹² e Maurílio Soares de Lima¹³. A partir desse momento, Pernambuco, através da Agência Condepe/Fidem, figurou no rol das instituições que calculam as Contas Regionais. Em dezembro do ano de 1999, foi publicada a primeira série das contas regionais, com base em 1985 e com informações até 1997.

O mais importante do projeto de Contas Regionais é a comparabilidade e a compatibilidade das vinte e sete unidades da federação. Esse projeto só teve continuidade graças à parceria do IBGE com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa. Ressalta-se que os dados são divulgados anualmente, com dois anos de defasagem.

As informações do PIB de cada Unidade da Federação são calculadas a partir das estatísticas sobre valor da produção, consumo intermediário e valor adicionado de cada atividade econômica. Dividido em três setores, agropecuária (duas atividades), indústria (quatro) e serviços (onze), que se desagregam em dezessete atividades: produção vegetal¹⁴; produção animal¹⁵; indústria extrativa mineral; indústria de transformação; construção civil; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; comércio e serviços de reparação e manutenção; serviços de alojamento e de alimentação; transportes, armazenagem e correios; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; serviços prestados às famílias e associativos; serviços prestados às empresas; atividades imobiliárias e aluguel; administração, saúde e educação pública; saúde e educação mercantil e serviços domésticos.

O Estado de Pernambuco, com a incorporação de vários empreendimentos de grande porte e valor agregado, está passando por uma reestruturação econômica: a Refinaria Abreu e Lima e outros tantos investimentos no Complexo Industrial Portuário de SUAPE e no interior pernambucano vão alterar a composição das atividades na economia estadual, sabendo-se que grande parte dela está concentrada nos serviços, e, como a maioria dos investimentos de grande porte diz

¹² Hoje Coordenadora das Contas Regionais de Pernambuco da Agência Condepe/Fidem e membro do comitê técnico das Contas Regionais do Brasil.

¹³ Hoje Diretor Executivo de Estudos, Pesquisas e Estatística da Agência Condepe/Fidem.

¹⁴ Correspondem às atividades de agricultura, silvicultura e exploração florestal.

¹⁵ Correspondem às atividades de pecuária e pesca.

respeito ao setor industrial, isso acarretará maior crescimento, sobretudo na indústria de transformação, ocasionando-lhe um ganho de participação.

Para avaliar tais mudanças, somente os dados das Contas Regionais são insuficientes. A partir dessa preocupação, o Projeto da Tabela de Recursos e Usos de Pernambuco foi elaborado, surgindo, portanto, a parceria entre o IBGE e a Agência Condepe/Fidem para a construção da TRU com base no ano de 2005.

Segundo o IBGE (2008, p. 25), as TRUs são constituídas pelas tabelas de recursos de bens e serviços, compostas por três quadrantes; e pelas de uso de bens e serviços, subdivididas em quatro quadrantes, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 1 – Ilustração de uma Tabela de Recursos e Usos e seus quadrantes

TABELAS DE RECURSOS E USOS		
I - TABELA DE RECURSOS DE BENS E SERVIÇOS		
OFERTA	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO
A	A₁	A₂
A = A₁ + A₂		
II - TABELA DE USOS DE BENS E SERVIÇOS		
OFERTA	CONSUMO INTERMEDIÁRIO	DEMANDA FINAL
A	B₁	B₂
A = B₁ + B₂		
COMPONENTES DO VALOR ADICIONADO		
C		

Fonte: IBGE

Vale ressaltar que, no próximo capítulo, os quadrantes A, A₁, A₂, B₁ e B₂ serão apresentados de forma individual e detalhados.

As TRUs são divididas nesses quatro quadrantes, e cada um tem seu papel para o equilíbrio geral da economia. A TRU é agrupada em três grandes tabelas:

- Tabela de Recursos de Bens e Serviços, que apresenta a oferta total de bens e serviço da economia (produção e importação)
- Tabela de Usos de Bens e Serviços, que apresenta o consumo intermediário¹⁶ e a demanda final (exportação, consumo final e formação bruta de capital fixo), totalizando a demanda da economia e

¹⁶ Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

- Tabela com os componentes do valor adicionado¹⁷ por setor de atividade.

A análise dos fluxos de bens e serviços e dos aspectos básicos do processo de produção é o objetivo de uma TRU, cujas trocas têm papel fundamental para a formação da oferta e da demanda total. Nas primeiras estimativas da TRU pernambucana com 42 atividades, fica evidente o aporte do comércio com outros estados para a formação tanto dos usos como dos recursos, já que Pernambuco é importador de vários insumos tanto para sua produção total como para seu consumo final. Sabe-se que há um grande montante de importação, com destaque para os combustíveis, visto que o estado não produz gasolina e, conseqüentemente, importa todo o montante consumido desse produto para a formação de seus usos e recursos.

O mais importante na construção de uma TRU é o princípio do equilíbrio entre oferta e demanda de mercado de cada produto, respeitando, em seu conjunto, o equilíbrio geral da economia. Esse equilíbrio é verificado no caso do Brasil através do SCN, pela comparação entre a coluna da oferta total a preços do consumidor e a coluna da demanda total. O mesmo se aplica para Pernambuco, entretanto com alguns novos fatores metodológicos que serão visualizados no final desta dissertação.

3. Metodologia

Destaca-se o caráter pioneiro da dissertação com relação a sua compatibilidade e a sua comparabilidade com a TRU nacional, devido também à inserção dos técnicos da Agência Condepe/Fidem responsáveis por sua estimativa no Sistema de Contas Regionais, que é a fonte principal de informação para a realização de uma tabela de recursos e usos. O mais importante é saber que a metodologia da TRU Pernambuco tem seu arcabouço vinculado à TRU Brasil e às Contas Regionais¹⁸, com algumas especificidades.

¹⁷ Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos em seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

¹⁸ Todas as elucidações para obter as informações de valor de produção, consumo intermediário e valor adicionado podem ser encontrados na publicação do IBGE Contas Regionais, volume 37, com detalhamento por atividade.

O mais importante a esclarecer é que grande parte dos dados é oriunda das Pesquisas Estruturais do IBGE: PIA – Pesquisa Industrial Anual para as atividades da indústria de transformação e da indústria extrativa mineral; PAC – Pesquisa Anual do Comércio para a atividade comercial, PAM – Pesquisa Agrícola Municipal – para atividade agrícola; PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal para a atividade da pecuária; PEVS – Pesquisa da Extração Vegetal e Silvicultura; PAS – Pesquisa Anual dos Serviços, para algumas atividades dos serviços e a PAIC – Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil. Além da POF – Pesquisa de Orçamento Familiar, PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios; PME – Pesquisa Mensal de Emprego.

A TRU pernambucana está concebida em 42 atividades econômicas (tabela 1) que englobam as 17 atividades das Contas Regionais – CR. Para melhor compreensão das informações, usa-se uma nomenclatura de fácil assimilação, sendo elas as 17 apresentadas na mesma tabela. Por exemplo, quando estiver escrito APU, leia-se Administração, Saúde e Educação públicas, como também SIUP são os Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Há algumas exceções, como na atividade da APU, pois sua produção é obtida aplicando-se a participação da produção da atividade administração, saúde e educação públicas pela própria atividade das Contas Nacionais ao valor da atividade no estado.

Na agropecuária, sua produção principal foi obtida a partir de matriz de produção calculada com os dados do censo agropecuário de 1995-1996 e aplicada aos valores das atividades evoluídas até o ano de 2005. Entretanto essa matriz não identifica a produção industrial rural, então a opção adotada foi separar os valores referentes à produção industrial rural do valor total de 2005, e o valor restante foi distribuído segundo a matriz. A expansão das famílias é valor adquirido através da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio – PNAD, sendo todo alocado como produção principal.

Tabela 1 – Proposta de Nomenclatura

Atividades TRU	Atividades CR	Nomenclatura para a Dissertação
Cultivo de cereais para grãos	Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal	Agricultura
Cultivo de cana-de-açúcar		
Cultivo de soja		
Cultivo de outros produtos da lavoura		
Cultivo de frutas cítricas		
Cultivo de café		
Silvicultura e Exploração Florestal		
Criação de bovinos e outros produtos de animais vivos	Pecuária e Pesca	Pecuária
Criação de suínos		
Criação de aves		
Pesca		
Ext. de carvão mineral	Extrativa Mineral	Extrativa Mineral
Ext. de petróleo e gás natural		
Ext. de minério de ferro		
Ext. de minerais metálicos não-ferrosos		
Ext. de minerais não-metálicos		
Alimentos e bebidas	Indústria de Transformação	Transformação
Produtos do fumo		
Têxteis		
Produtos de madeira - exclusive móveis		
Refino de petróleo e coque		
Produtos químicos		
Cimento		
Fabricação de aço e derivados		
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos		
Automóveis, camionetas e utilitários		
Móveis e produtos das indústrias diversas		
Serviços Industriais de Utilidade Pública		
Construção civil	Construção civil	Construção
Comércio	Comércio, manutenção e reparação	Comércio
Serviços de manutenção e reparação	Serviços de alojamento e alimentação	Alojamento e alimentação
Serviços de alojamento	Transportes, armazenagem e correio	Transportes
Serviços de alimentação	Serviços de informação	Informação
Transportes, armazenagem e correio	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	Financeiro
Serviços de informação	Atividades imobiliárias e aluguel	Aluguéis
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	Serviços prestados às empresas	Serv. prest. às empresas
Atividades imobiliárias e aluguel	Administração, saúde e educação públicas	APU
Serviços prestados às empresas	Saúde e educação mercantis	Saúde e educação
Administração, saúde e educação públicas	Serviços prestados às famílias e associativos	Serv. prest. às famílias
Saúde e educação mercantis	Serviços domésticos	Serv.domésticos
Serviços prestados às famílias e associativos		
Serviços domésticos		

Fonte: Elaboração própria.

A identificação da produção secundária é imediata através das pesquisas, já que, se uma empresa industrial tem produção do comércio, é simples visualizá-la através de seu questionário. Há uma observação para três grupos, e apenas na atividade de comércio esse valor é de 5% do total.

Uma das observações é feita na atividade APU, a pesquisa fornece a receita das três esferas do governo para os três grandes setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços); assim, respeita-se essa estrutura, e a repartição entre as atividades que compõem esses grupos segue o estimado pelas Contas Nacionais.

Verifica-se na figura 2 o montante de R\$ 76,6 bilhões do valor produção no ano de 2005 na economia de Pernambuco, sendo esse valor igual ao divulgado nas CR. Por importância, as três principais atividades são: transformação, APU e o comércio; somados, equivalem a 53% das riquezas produzidas no Estado no ano em questão.

Vale salientar que há valores registrados como “-“, e são equivalentes a zero monetariamente, enquanto, os valores “0” estão próximos a ele.

Figura 2 – Ilustração da tabela de produção para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhões de R\$ (Quadrante A₁)

Descrição das Atividades	Produção das Atividades																	Total da Atividade
	Agricultura	Pecuária e Pesca	Extra-tiva Mineral	Transformação	SIUP	Construção Civil	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes	Informação	Financeiro	Aluguéis	Serviços Prestados às Empresas	APU	Saúde e educação	Serviços Prestados às Famílias	Serv. Domésticos	
Agricultura	1.769	109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81	-	-	-	1.959
Pecuária	144	996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	1.152
Extra-tiva Mineral	1	-	102	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104
Transformação	76	104	-	16.933	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	-	17.131
SIUP	-	-	-	-	5.224	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-	-	5.251
Construção	-	-	-	-	-	4.112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.112
Comércio	-	-	2	202	-	-	8.089	48	4	(186)	-	8	2	27	1	253	-	8.448
Alojamento e alimentação	-	-	-	-	-	-	-	1.933	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1.934
Transportes	-	-	-	-	-	-	-	-	3.811	-	-	-	-	71	-	-	-	3.882
Informação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.936	-	-	-	6	-	-	-	2.941
Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.112	-	-	-	-	-	-	3.112
Aluguéis	-	-	0	1	-	19	23	3	7	7	-	4.233	5	19	1	60	-	4.378
Serv. prest. às empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.772	154	-	-	-	2.926
APU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.400	-	-	-	14.400
Saúde e educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	151	2.415	-	-	2.566
Serv. prest. às famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	1.624	-	1.636
Serv. domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	615	615
Total	1.991	1.209	104	17.135	5.224	4.132	8.112	1.984	3.822	2.756	3.112	4.240	2.779	14.979	2.416	1.937	615	76.547

Fonte: Agência Condepe/Fidem

Uma TRU observa o território econômico de uma determinada região e, portanto, as transações com o resto do mundo, no caso de uma Unidade da Federação como Pernambuco, devem ser descritas como as transações internacionais ou externas e as interestaduais ou internas.

O quadrante da TRU onde são visualizadas as importações de outros estados e do resto do mundo é a figura 3, separado em importação do resto do mundo e importação das demais Unidades da Federação (interestadual). Para a importação do resto do mundo, a fonte de dados é o Sistema AliceWeb (SECEX-MDIC), sendo a variável o valor das importações (US\$) dos produtos com periodicidade mensal. Para sua conversão em real (US\$ => R\$), foi utilizada a taxa média mensal do dólar comercial-venda do Banco Central do Brasil. Por fim, a classificação dos produtos importados obedeceu à Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e, por conseguinte, foi ajustada para a nomenclatura da dissertação, como descrito anteriormente. A mesma suposição é realizada para as exportações.

Para as importações interestaduais, a fonte de dados é a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, através da Declaração de Apuração e Informação do ICMS. As variáveis extraídas da declaração são as entradas e as saídas de mercadoria em valor monetário em R\$. Por fim, utilizou-se a classificação dos produtos importados ou exportados: a Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE. Vale ressaltar que as informações da Fazenda estadual não apresentam detalhamento por produto e sim por empresa ou estabelecimento. Assim, se uma empresa da atividade comércio é importadora de produtos alimentares, como por exemplo, carne congelada, esse produto irá compor a oferta da indústria de transformação do gênero alimentar no produto abate e preparação de produtos de carne; a mesma hipótese é utilizada para as exportações. Destaca-se que a maioria dos produtos que entram ou saem de Pernambuco apresentam alguma transformação primária, mesmo sendo primeiramente produzidos no setor agropecuário; é o caso do trigo moído, da carne congelada, do farelo de soja; por isso vão compor a oferta ou a demanda de produtos da indústria de transformação do gênero de alimentos. A mesma suposição é utilizada para as exportações.

Para diferenciar os produtos e o tipo de importação ou exportação, é empregado o Código Fiscal de Operações e Prestações – CFOP. A classificação das transações pernambucanas pelo CFOP foi de suma importância para separar

alguns tipos de produtos em categorias, já que uma das maiores dificuldade é não ter a informação por produto. Os CFOP são códigos numéricos que identificam as respectivas naturezas das operações de circulação de mercadorias e das prestações de serviços. Para melhor detalhamento vide a página da SEFAZ/PE <http://www.sefaz.pe.gov.br/flexpub/versao1/filesdirectory/sessions398.htm?pai=306>.

Um exemplo de utilização do CFOP é o código 2101, que tem como sua descrição a compra para industrialização ou produção rural, sendo sua aplicação a compra de mercadoria a ser utilizada em processo de industrialização ou produção rural, bem como a entrada de mercadoria em estabelecimento industrial ou produtor rural de cooperativa recebida de seus cooperados ou de estabelecimento de outra cooperativa, ou seja, é a compra de um insumo da indústria ou de um estabelecimento rural para a transformação de um produto final. Um exemplo seria que, se uma empresa pernambucana de CNAE 1931-3/01 (Fabricação de calçados de couro) comprou um montante através do código 2101, supõe-se que seja insumo para a fabricação de seu bem final, assim a importação dessa empresa incorpora a oferta da indústria do couro, já que o insumo principal para a fabricação do calçado de couro é o couro.

Através de suas aplicações os códigos CFOP foram agrupados e receberam seis tratamentos diferentes:

- Grupo 1: classificados diretamente em produtos na TRU-PE. Aqueles que empresas informam diretamente para que será utilizado o produto importado ou exportado: combustíveis, energia elétrica, imobilizado, serviços de transportes e serviços de comunicação.
- Grupo 2: classificados em produtos em que o importador não tem CNAE comercial, foram classificados nos produtos associados diretamente à CNAE do importador ou do exportador. O caso explicitado acima.
- Grupo 3: classificados em produtos onde o importador tem CNAE comercial. Nesse caso a classificação levou em consideração o tipo de comércio exercido pelo importador ou pelo exportador.

O exemplo é um estabelecimento pernambucano com CNAE 5010-5/01 (comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários, novos e usados) o

produto comercializado, comprado ou vendido para fora do estado, é incorporado diretamente na importação ou exportação da fabricação de automóveis, camionetas e utilitários, já que o bem já vem pronto para ser consumido.

- Grupo 4: classificados em insumos e embalagens, foram classificados em diversos produtos após considerar a CNAE do importador ou do exportador.
- Grupo 5: classificados em ICMS, produção do estabelecimento e não declarados não tiveram seus valores considerados por não envolver transações de bens e/ou serviços no ano de competência.
- Grupo 6: classificados em ISS e Demais Custos, não tiveram seus valores considerados por não terem valor relevante.

Portanto o código acima citado, 2101, é a compra de um insumo para o setor industrial, assim recebe a classificação da CNAE de seu importador.

Figura 3 - Ilustração da tabela de impositação de bens e serviços para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhões de R\$ (Quadrante A₂)

Descrição das Atividades	Importação		Total
	Importação de Bens		
	do Exterior	de Outros Estado	
Agricultura	151	601	752
Pecuária	-	407	407
Extrativa Mineral	32	43	75
Transformação	1.769	27.838	29.607
SIUP	-	209	209
Construção	-	-	-
Comércio	-	76	76
Alojamento e alimentação	-	40	40
Transportes	-	885	885
Informação	-	82	82
Financeiro	-	0	0
Aluguéis	-	6	6
Serv. prest. às empresas	-	1.043	1.043
APU	-	-	-
Saúde e educação	-	1	1
Serv. prest. às famílias	-	869	869
Serv. domésticos	-	-	-
Total	1.952	32.103	34.054

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Vale ressaltar que, originalmente, a tabela acima não traz o total das importações, mas, para melhor compreensão, adiciona-se a coluna total. Pernambuco importou um total de 34,15 bilhões de reais nas 17 atividades descritas. Grande parte, 94% de outras unidades da federação e 87% do total são produtos oriundos da indústria de transformação.

Para a produção chegar até o consumidor, há um acréscimo nos bens. Esse incremento do preço inicial (da produção) para o final (ao consumo final) é a diferença entre o preço básico e o do consumidor, pois se acrescentam a margem de comércio de transportes e os impostos pagos. Para calcular a margem de comércio, utilizou-se a estrutura das Contas Nacionais da margem para distribuir o valor entre as atividades, sendo o total da margem igual ao valor da produção principal do comércio menos o valor das CNAEs dos representantes comerciais (figura 4).

Figura 4 - Ilustração da tabela da oferta a preço de consumidor para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em Milhões de R\$ (Quadrante A)

Descrição das Atividades	Oferta de Bens e Serviços								
	Oferta Total a Preço de Consumidor	Margem de Comércio	Margem de Transporte	Imposto de Importação	IPI	ICMS	Outros Impostos líquidos de Subsídios	Total dos Impostos	Oferta Total a Preço Básico
Agricultura	3.209	279	70	0	-	106	42	149	2.711
Pecuária	1.723	61	9	-	-	59	34	93	1.559
Extrativa Mineral	210	13	6	0	-	11	2	13	179
Transformação	57.986	6.318	1.302	116	551	2.306	655	3.627	46.738
SIUP	6.466	-	-	-	-	803	202	1.005	5.461
Construção	4.229	-	-	-	-	-	117	117	4.112
Comércio	1.877	(6.671)	-	-	-	-	24	24	8.525
Alojamento e alimentação	2.324	-	-	-	-	322	29	350	1.974
Transportes	3.637	-	(1.387)	-	-	138	119	257	4.767
Informação	3.782	-	-	-	-	543	214	758	3.024
Financeiro	3.278	-	-	-	-	-	165	165	3.113
Aluguéis	4.414	-	-	-	-	-	29	29	4.384
Serv. prest. às empresas	4.117	-	-	-	-	-	148	148	3.969
APU	14.400	-	-	-	-	-	-	-	14.400
Saúde e educação	2.674	-	-	-	-	-	106	106	2.567
Serv. prest. às famílias	2.648	-	-	-	-	0	143	143	2.506
Serv. domésticos	615	-	-	-	-	-	-	-	615
Total	117.587	-	-	116	551	4.289	2.029	6.985	110.602

Fonte: Agência Condepe/Fidem .

Para a margem de transporte, também se utilizou a estrutura das Contas Nacionais da margem para distribuir o valor entre as atividades. E o montante da margem de transporte é igual somente ao valor da produção principal do transporte de carga, e não do total da atividade. Por fim, os impostos sobre produtos foram distribuídos com base na estrutura das Contas Nacionais calculadas após excluir os produtos que não são produzidos no estado.

Vale ressaltar que somente os setores da agropecuária e indústria possuem produção de bens, por isso usa-se somente a produção da atividade de transporte de cargas. Por conseguinte no setor de serviços suas atividades apresentam valores zerados para as colunas da margem de comércio e de transportes, somente na atividade do comércio e de transporte mostram valores negativos, que são a contrapartida da produção.

Outro fato importante é a diferença entre margem de transporte e frete e a margem de comércio e a comissão de venda. No primeiro caso, o frete está acoplado ao consumo intermediário da empresa, a margem transporte é quando está embutido no preço. No segundo, o mesmo princípio, entretanto, a comissão de venda está associada a uma remuneração dos fatores de produção, no caso a mão de obra, e a margem é quando o comerciante embute no preço final ao consumidor seu ganho.

Para configurar o valor total da oferta a preços do consumidor, a figura 4 elucida o papel do ICMS nos impostos sobre produtos na economia de Pernambuco. Dos 117,6 bilhões de reais ofertados no ano de 2005, aproximadamente 6% são impostos e subsídios, dos quais, 61% oriundos do ICMS.

A tabela de usos possui, como um dos elementos, o consumo intermediário que a princípio se considerou o valor das Pesquisas Estruturais do IBGE, com a hipótese de que todas as unidades de produção situadas nas mais diversas unidades da federação seguem a mesma estrutura. As atividades que utilizam essa estrutura são: Refino de Petróleo e Coque; SIUP¹⁹; Transportes, Armazenagem e Correios; Serviços de Informação, Atividades Imobiliárias e Aluguel; e Serviços Prestados às Empresas. Para o restante dos insumos, usou-se a estrutura de consumo intermediário das contas nacionais para as demais atividades. Em seguida

¹⁹ Serviços Industriais de Utilidade Pública compreende as atividades de distribuição e geração de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza pública.

a participação foi reponderada e aplicada ao valor do consumo intermediário divulgado pelas Contas Regionais. O quadrante pode ser visualizado na figura 5.

Os valores apresentados na figura 5, como na produção, são os mesmos das CI - Consumo Intermediário, ou seja, os insumos utilizados para a produção dos R\$ 76,6 bilhões no ano de 2005 foram de R\$ 33,6 bilhões. As duas maiores atividades, assim como na produção, são a indústria de transformação e a APU. A diferença é o comércio, que na produção é o terceiro maior, e no consumo é o quarto, dando lugar ao SIUP. Essa alteração se deve à característica atividade comercial, e sua relação CI/VP²⁰ é menor, já que sua agregação de valor se dá na comercialização, ou seja, na margem de comércio.

Vale ressaltar que, com esses três quadros, já é possível estimar o PIB – Produto Interno Bruto de Pernambuco para o ano de 2005. Segundo a ótica da produção, a equação do PIB é a seguinte:

$$\text{PIB} = \text{VA} + \text{impostos e subsídios}$$

Onde;

VA = Valor Adicionado Bruto

Que;

$$\text{VA} = \text{VBP} - \text{CI}$$

Onde;

VPB = Valor Bruto da Produção

CI = Consumo Intermediário

Assim, conclui-se que o PIB pernambucano em 2005 é de R\$ 49,6 bilhões, sendo de 6,7 bilhões de reais de imposto e R\$ 42,9 de valor adicionado bruto.

²⁰ A relação CI – consumo intermediário e VP – valor da produção é comumente utilizada para quantificar a necessidade de insumos para a produção de um bem ou serviço.

Figura 5 - Ilustração da tabela do consumo intermediário para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhões de R\$ (Quadrante B₁)

Descrição das Atividades	Consumo Intermediário																Total da Atividade	
	Agricultura	Pecuária e Pesca	Extrativa Mineral	Transformação	SIUP	Construção Civil	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes	Informação	Financeiro	Aluguéis	Serviços Prestados às Empresas	APU	Saúde e educação	Serviços Prestados às Famílias		Serv. Domésticos
Agricultura	88	20	-	1.605	-	-	-	22	-	-	-	-	-	2	1	9	-	1.748
Pecuária	0	6	-	813	-	-	-	7	-	-	-	-	-	0	0	1	-	826
Extrativa Mineral	1	2	1	157	0	9	-	0	-	-	-	-	-	0	-	0	-	169
Transformação	243	458	22	5.886	350	1.266	685	882	1.076	478	65	46	391	759	566	533	-	13.706
SIUP	25	19	2	245	1.854	52	187	56	29	32	45	7	29	535	95	54	-	3.265
Construção	-	-	-	18	0	0	3	0	0	11	3	46	4	45	18	13	-	159
Comércio	2	1	-	976	4	59	77	10	66	20	40	16	17	84	21	10	-	1.403
Alojamento e alimentação	-	-	9	59	0	7	24	4	46	33	5	2	12	61	88	42	-	393
Transportes	16	5	4	345	154	3	104	6	143	7	78	2	3	215	0	2	-	1.088
Informação	14	7	33	1.794	51	26	81	6	14	23	180	4	26	685	35	20	-	3.000
Financeiro	48	7	0	9	34	0	356	19	276	259	231	30	137	552	53	22	-	2.033
Aluguéis	7	4	2	84	30	291	218	66	73	74	48	14	77	588	101	120	-	1.798
Serv. prest. às empresas	9	15	1	390	379	5	283	45	154	246	417	20	135	1.471	151	89	-	3.811
APU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde e educação	-	-	-	1	-	-	-	-	22	-	-	-	1	9	-	-	-	33
Serv. prest. às famílias	0	0	2	53	12	6	6	12	40	1	4	15	16	11	-	-	-	179
Serv. domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	455	544	76	12.434	2.869	1.726	2.024	1.133	1.939	1.183	1.118	203	846	5.017	1.130	913	-	33.611

Fonte: Agência Condepe/Fidem .

Os outros componentes dos usos já retratados anteriormente são: as exportações têm a mesma caracterização das importações, o consumo final da Administração Pública é igual a sua produção principal, e o consumo das ISFLSF é igual ao valor total de sua produção.

No caso das exportações, foi utilizada a mesma metodologia das importações, ou seja, as informações do Alice, da SEFAZ/PE e os seis grupos do CFOP. Um detalhe importante com relação às informações da SEFAZ/PE é que se empregaram somente os CFOP que começam com dois que representam as entradas ou prestações de serviços para outros estados e os com seis, que são as saídas ou prestações de serviços para outros estados. Para as saídas, ou exportações, o exemplo seria o código 6.101, com a descrição de venda de produção do estabelecimento, e sua aplicação é a venda de produto industrializado ou produzido pelo estabelecimento, bem como a de mercadoria por estabelecimento industrial ou produtor rural de cooperativa destinada a seus cooperados ou a estabelecimento de outra cooperativa. Dentro desse código encontram-se as exportações das indústrias pernambucanas, como as usinas de açúcar.

Já o consumo final das famílias tem suas especificidades. As informações foram estimadas com base nos valores da POF de 2003. Em linhas gerais foi utilizada a estrutura de consumo por produto para seis faixas de renda. Para a estimação dos valores correntes de 2005, a estrutura de consumo da POF foi mantida constante e aplicada à renda anualizada da PNAD estratificada pelas mesmas faixas de renda. Vale ressaltar que a anualização da renda da PNAD é necessária, tendo em vista que os valores da pesquisa se referem à renda recebida no mês de setembro de cada ano. Há ainda alguns detalhes, como o valor do consumo das famílias com aluguéis, que é igual ao valor da produção dos aluguéis imputados mais efetivos. Os gastos com planos de saúde foram estimados com base na participação do produto de assistência médica suplementar no total da atividade de seguros das Contas Nacionais, sendo essa participação aplicada ao valor da atividade de seguros do estado. Por fim, o consumo das famílias com os automóveis e eletrodomésticos foi estimado com base na participação do consumo final no total da oferta dessa atividade/produto das Contas Nacionais e aplicado ao valor da oferta dessa atividade/produto no estado, pois muitos desses produtos são adquiridos em várias prestações além do ano corrente.

Ainda sobre o consumo final, pode-se ressaltar que alguns bens fazem parte de várias colunas. No caso dos automóveis, são distribuídos em três colunas, tanto podem ser consumo intermediário, ou um investimento, através da formação bruta de capital fixo e por fim um consumo final. Para diferenciar os bens que podem ser alocados em várias colunas, levou-se em consideração a metodologia do Sistema de Contas Nacionais.

A Formação Bruta de Capital Fixa foi estimada a partir da oferta menos as exportações para os produtos classificados como formação bruta de capital fixo, como também acrescido dos automóveis e eletrodomésticos, que foram estimados utilizando a participação da formação bruta de capital fixo no total da oferta das respectivas atividades/produtos das Contas Nacionais e aplicado ao valor da oferta dessa atividade/produto no estado.

O último componente é a Variação de Estoque, ou investimento em estoque, que será toda atividade/produto ofertada que não foi utilizada como consumo intermediário e não foi consumida durante o ano. É a variação líquida nos estoques de bens acabados ou em elaboração ou de matérias primas utilizadas no processo de produção. Há três aspectos interessantes a serem ressaltados com relação a esse componente, o primeiro é que a TRU-PE não tem acesso às informações em quantidade e sim em valor monetário com preço médio anual, o segundo seria que os serviços não têm variação de estoque já que sua terminologia aplica-se somente a bens, assim somente o setor agropecuário e as indústrias de extração e de transformação apresentam valores.

O terceiro aspecto é o valor negativo encontrado pela TRU-PE para 2005, todavia deve-se considerar que nas contas nacionais e regionais o cálculo da variação de estoque leva em consideração os valores nominais dos estoques iniciais e dos finais. Para achar os valores reais, o procedimento adotado é trazer o valor dos estoques para preços no meio do ano. Esse procedimento pode fazer com que os valores monetários dos estoques finais apresentem dados mais baixos do que o inicial, no caso de uma deflação. Outra explicação seria que o estoque planejado para 2005 não foi suficiente para a demanda ocorrida no mesmo período.

O penúltimo quadrante, a demanda final, pode ser visualizado na figura 6. Segundo a figura, a demanda total da economia pernambucana no ano em questão foi de R\$ 117,6 bilhões de reais, ou seja, igual a sua oferta total (soma das figuras

2,3 e 4). Pelos valores apresentados, os principais componentes são: o consumo das famílias, as exportações (em que a soma é igual a R\$ 27,6 bilhões de Reais) e o consumo do Governo²¹. Destaca-se que a maior parte das exportações é realizada para outras unidades da federação; ainda na tabela 6, o valor das exportações para o exterior não chega a R\$ 2,0 bilhões de Reais, enquanto, para outros estados brasileiros, o montante ultrapassa os R\$ 25,7 bilhões de reais para o ano de 2005, representando mais de 93% do total exportado.

Figura 6 – Ilustração da tabela de demanda total para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhões de R\$ (Quadrante B₂)

Descrição das Atividades	Demanda Final								
	Exportação de Bens		Consumo da APU	Consumo das ISFLSF	Consumo das Famílias	Formação Bruta de Capital Fixo	Variação de Estoques	Demanda Final	Demanda Total
	para Exterior	para Outro Estado							
Agricultura	200	29	-	-	1.223	23	(14)	1.461	3.209
Pecuária	14	95	-	-	395	389	3	897	1.723
Extrativa Mineral	5	22	-	-	21	-	(7)	41	210
Transformação	1.610	23.477	-	-	17.287	1.994	(89)	44.279	57.986
SIUP	-	601	-	-	2.601	-	-	3.201	6.466
Construção	-	-	-	-	-	4.070	-	4.070	4.229
Comércio	-	57	-	-	417	-	-	475	1.877
Alojamento e alimentação	-	18	-	-	1.913	-	-	1.931	2.324
Transportes	-	1.310	-	-	1.239	-	-	2.549	3.637
Informação	-	34	-	-	748	-	-	782	3.782
Financeiro	-	2	-	-	1.242	-	-	1.244	3.278
Aluguéis	-	27	-	-	2.541	46	-	2.615	4.414
Serv. prest. às empresas	-	62	-	-	104	139	-	306	4.117
APU	-	-	14.400	-	-	-	-	14.400	14.400
Saúde e educação	-	0	259	46	2.335	-	-	2.641	2.674
Serv. prest. às famílias	-	16	-	1.376	1.077	-	-	2.469	2.648
Serv. domésticos	-	-	-	-	615	-	-	615	615
Total	1.829	25.751	14.659	1.422	33.760	6.662	(107)	83.976	117.587

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

A figura 7 equivale ao último quadrante da figura 1, são os componentes do valor adicionado ou o quadrante C. As informações para o cálculo são oriundas exclusivamente do SCR.

²¹ O consumo do governo também pode ser chamado de consumo da APU.

A conta da produção que apresenta a geração do Valor Adicionado (VA) de uma economia que consiste na diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o Consumo Intermediário (CI). A produção pode ser descrita, como a atividade pela qual um agente econômico consome bens e serviços diversos, para produzir outros bens e serviços, e na qual toda a renda é gerada. (IBGE, Nota Metodológica n.º 6)

Através da figura 7, pode-se visualizar que a produção da atividade da indústria de transformação é a maior entre as atividades listadas, entretanto não apresenta a maior agregação de valor, ou valor adicionado, já que os insumos necessários para sua produção são de grande valor. Essas diferenças serão descritas mais adiante nos capítulos específicos sobre o peso de cada setor da economia pernambucana.

Figura 7 – Ilustração da tabela dos componentes do valor adicionado para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhões de R\$ (Quadrante C)

Descrição das Atividades	Valor Bruto de Produção	Consumo Intermediário	Valor Adicionado
Agricultura	1.991	455	1.536
Pecuária	1.209	544	665
Extrativa Mineral	104	76	28
Transformação	17.135	12.434	4.701
SIUP	5.224	2.869	2.355
Construção	4.132	1.726	2.406
Comércio	8.112	2.024	6.088
Alojamento e alimentação	1.984	1.133	851
Transportes	3.822	1.939	1.883
Informação	2.756	1.183	1.573
Financeiro	3.112	1.118	1.994
Aluguéis	4.240	203	4.037
Serv. prest. às empresas	2.779	846	1.932
APU	14.979	5.017	9.961
Saúde e educação	2.416	1.130	1.286
Serv. prest. às famílias	1.937	913	1.024
Serv. domésticos	615	-	615
Total	76.547	33.611	42.936

Fonte: Agência Condepe/Fidem .

Em resumo, obtém-se na figura 8 a planilha de equilíbrio, dividida em oferta e demanda e seus componentes e a participação percentual de cada um deles no total. O consumo total é a totalização do consumo da APU, com o do ISFL e das famílias. Pela planilha pode-se achar a renda total ou o PIB da economia através da equação:

$$Y = C + G + FBCF_{pc} + VE + (X_{fob} - M_{cif})$$

Y = renda total;

C = consumo das famílias e das ISFL;

G = gastos do governo ou consumo do governo;

$FBCF_{pc}$ = Formação Bruta de Capital Fixo a preços do consumidor;

VE = Variação de estoque;

X_{fob} = Exportações de bens e de serviços de não fatores, valoradas a preços de FOB;

M_{cif} = importações de bens e serviços de não fatores, valorados a preços de CIF.

Por valores:

$$Y = 35,6 + 14,7 + 6,4 + 0,2 + (26,9 - 34,1);$$

$$Y = 49,6 \text{ bilhões de reais.}$$

O ponto categórico dessa planilha é seu equilíbrio de valor entre a oferta e a demanda. De um lado há R\$ 117,6 bilhões de reais de oferta, do outro o mesmo valor para a demanda. Através dessa confirmação, pode-se quantificar e verificar o papel de cada um dos componentes e seu papel na formação da oferta e da demanda.

Outros dados importantes na planilha de equilíbrio que serão vistos mais adiante é que 29% da oferta pernambucana constam de produtos importados, e 13%, da demanda total pertencem ao governo, sendo da demanda final cerca de 30%.

Figura 8 – Ilustração da Planilha de Equilíbrio para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhões de R\$

Total			
Valor da Produção	76.547	Consumo Intermediário	33.611
Importação	34.054	Exportação	27.580
Imposto de Importação	116	Consumo APU	14.659
IPI	551	Consumo ISFL	1.422
ICMS	4.289	Consumo Famílias	33.760
Outros Impostos líquidos de Subsídios	2.029	FBKF	6.662
Margem comércio	-	Estoques	(107)
Margem Transporte	-	CONS.TOTAL	49.841
Total da oferta	117.587	Total da demanda	117.587
PARTICIPAÇÃO NA OFERTA		PARTICIPAÇÃO NA DEMANDA	
Valor da Produção	65%	Consumo Intermediário	29%
Importação	29%	Exportação	23%
Imposto de Importação	0%	Consumo APU	12%
IPI	0%	Consumo ISFL	1%
ICMS	4%	Consumo Famílias	29%
Outros Impostos líquidos de Subsídios	2%	FBKF	6%
Margem comércio	0%	Estoques	0%
Margem Transporte	0%		
Total da oferta	1	Total da demanda	1

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

É o caso de consumo total (soma do consumo da APU, do ISLF e das famílias), com valor de R\$ 49,8 bilhões de reais, representando 42% da demanda total; e outro é que a produção de R\$ 76,6 bilhões de reais da economia de Pernambuco representa somente 65% da oferta, sendo a partir desse ponto a premissa de que as trocas por vias interna e externa têm papel de destaque na formação da oferta e da demanda da economia pernambucana.

4. O peso dos setores na economia pernambucana

4.1. O peso dos serviços na economia pernambucana

Quando se iniciou o cálculo da renda nacional, os serviços eram marginalizados pela maioria dos economistas por não apresentarem produtos tangíveis que permitissem mensuração segura. Faziam parte do sistema produtivo somente os setores indústria e agropecuária, já que um serviço é trabalho em processo e não o resultado da ação do trabalho; por essa razão, não se produz um serviço, e sim se presta um serviço. O único serviço na época era a comercialização dos produtos entre os outros setores. No começo do século XX, com as novas abordagens econômicas, percebeu-se a importância desse setor. Com o desenvolvimento da economia e com a preocupação das empresas com a concorrência e em oferecer os melhores produtos e serviços, estes, de marginalizados, passaram a representar grande parte do produto interno bruto da maioria dos países, principalmente dos desenvolvidos.

Assim como na maioria dos países, no Brasil os serviços são responsáveis por grande parte da produção nacional e do emprego assalariado; como visto anteriormente, o setor de serviços, em Pernambuco, compreende onze atividades econômicas das dezessete divulgadas nas Contas Regionais.

A soma da participação dessas atividades no ano de 2005 corresponde a 73% do Valor Adicionado Bruto – VAB, da economia pernambucana, contra 5% da agropecuária e 22% da indústria total. Por valor monetário em Reais, as mais importantes em ordem crescente são Administração Pública - APU, Comércio e Atividades Imobiliárias e Aluguel²². A APU será tratada separadamente num capítulo específico, enfatizando sua importância para a formação tanto da produção como do consumo final, já que corresponde aproximadamente a 23,2% da economia pernambucana e aproximadamente a 32% dos serviços totais.

Vale destacar que o percentual de 73% no VAB representa o PIB a custo de fatores, ou seja, sem a soma dos impostos e a subtração dos subsídios. Assim, os serviços participam com 73% do PIB de Pernambuco em 2005 a custo de fatores ou

²² Reúne todos os serviços relativos a atividades imobiliárias: a incorporação, o aluguel e a administração de imóveis, quer por conta própria ou de terceiros, e, ainda, os condomínios prediais. Não inclui a construção de imóveis (construção). Além das atividades de locação de bens móveis: máquinas, equipamentos e objetos pessoais e domésticos de curta ou longa duração.

no VAB total. Essa diferenciação se dá pela insuficiência de informações adequadas dos impostos e dos subsídios por setores e atividades da economia para se chegar ao PIB a preços de mercado.

Além das atividades destacadas anteriormente, para a formação dos serviços pernambucanos, pode-se ressaltar outras de suma importância para o desenvolvimento do Estado. Os serviços financeiros com 5% do total da economia correspondem às atividades voltadas primordialmente à realização de trocas financeiras, isto é, transações envolvendo criação, liquidação e troca de propriedade de ativos financeiros. Também incluem as atividades de seguros, previdência complementar, planos de saúde e as atividades de serviços de apoio às trocas financeiras e às atividades de seguros (Comissão Nacional de Classificações - CONCLA, 2009).

As atividades de publicidade, arquitetura, jurídica, engenharia, gerenciamento de mão de obra, vigilância e segurança privada, higienização e limpeza, entre outras, fazem parte dos serviços prestados às empresas. Com mais de 1,9 bilhões de reais em valor adicionado, são fundamentais para a formação da oferta global de serviços da economia pernambucana, e, por muitas vezes, são atividades de meio.

Tabela 2 – Valor Adicionado das Atividades de Serviços e sua Participação Percentual na Economia e no total dos Serviços para Pernambuco no ano de 2005

Atividades	Valor Adicionado (em milhões)	Participação percentual (%)	
		No total da economia	No total dos serviços
Comércio	6.088	14%	19%
Alojamento e Alimentação	851	2%	3%
Transportes	1.883	4%	6%
Informação	1.573	4%	5%
Financeiro	1.994	5%	6%
Serv. Prestados às Famílias	1.024	2%	3%
Serv. Prestados às Empresas	1.932	5%	6%
Aluguel	4.037	9%	13%
APU	9.961	23%	32%
Saúde e Educação Mercantil	1.286	3%	4%
Serviços Domésticos	615	1%	2%
Total dos Serviços	31.245	73%	100%
Total da Economia	42.936		

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Para não descrever todas as atividades, pode-se fechar com os transportes, por sua contribuição para a alocação de bens e serviços, pois estão computados tanto o rodoviário, o aéreo e o marítimo, de carga e de passageiros, como também as atividades auxiliares e os autônomos, e os serviços de informação por corresponderem a toda a telefonia móvel e fixa e às atividades ligadas aos serviços de informática²³.

Os serviços apresentam valor superior ao da indústria e ao da agropecuária, não pelo simples fato de terem mais atividades, pois, se fosse explanar o setor industrial, ter-se-ia que desagregá-lo pelos gêneros da transformação ou produtos cultivados pela agricultura. A diferença entre os setores está na relação entre o consumo intermediário e o valor de produção, ou seja, qual o percentual de bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) para sua produção total, ou para seu processo de produção.

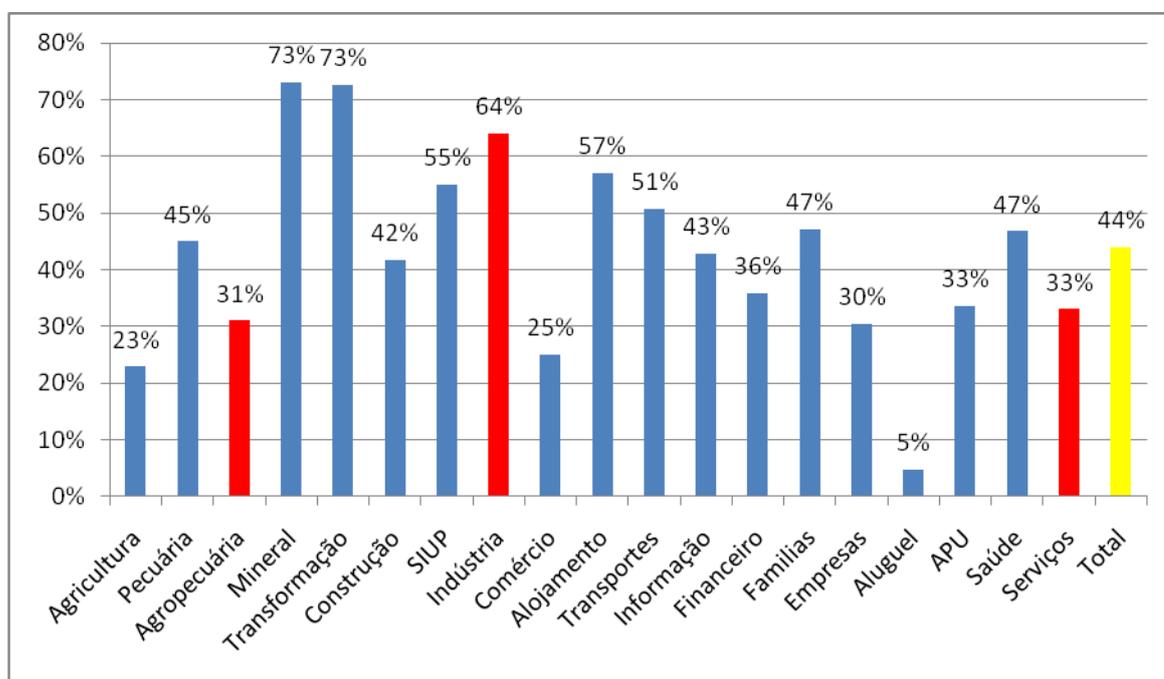
O gráfico 1 apresenta as relações CI/VP das 17 atividades das CR, excluindo-se os serviços domésticos²⁴, além dos três grandes setores e o total da economia pernambucana, que em 2005 foi de 44%.

Verifica-se que as maiores relações são da indústria extrativa e de mineração, e as menores, os aluguéis, a agricultura e o comércio. A leitura é que o setor industrial para produzir R\$ 26,6 bilhões de bens necessitou de R\$ 17,1 bilhões de insumo, enquanto os serviços para produzir quase o dobro (R\$ 46,8 bilhões) utilizaram menos insumos que o setor industrial (R\$ 15,5 bilhões), assim o setor de serviços agrega mais valor a economia pernambucana que a indústria, mesmo a última produzindo mais.

²³ Para maior compreensão pode acessar a página <http://www.ibge.gov.br/concla/>.

²⁴ Já que essa atividade não possui consumo intermediário.

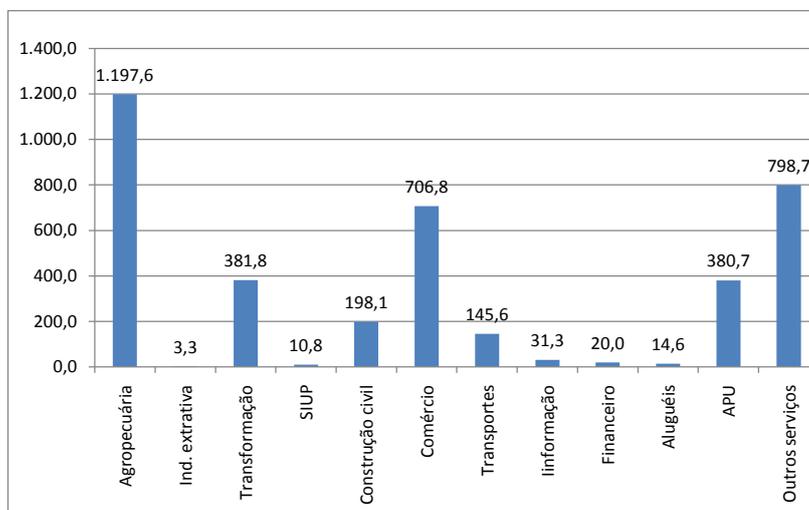
Gráfico 1 – Relação Consumo Intermediário e Valor de Produção das atividades e setores da economia pernambucana em 2005 – Valores em percentual (%)



A importância do setor de serviços também está presente no número de pessoas ocupadas; segundo os dados da TRU-PE 2005, em Pernambuco havia aproximadamente 3,9 milhões (empregados, empregadores, conta-própria e trabalhadores domésticos, sem remuneração), que representavam 43% do total, com destaque para o comércio com 18%, e a outros serviços com 21%. Vale ressaltar que, do grande número de empregados na agropecuária, mais de 24% não são remunerados.

O setor de serviços, além de seu peso na economia pernambucana, tem papel de destaque para a formação e para a análise da TRU. Como dito anteriormente, ao se montar a demanda e a oferta total, é necessária a contabilização das trocas por vias interna e externa, separadamente a importação (recursos) e a exportação (usos). Como se afirmou no primeiro capítulo desta dissertação, a caracterização do setor de serviços pela autossuficiência com relação à importação de suas atividades, ou seja, a grande maioria dos serviços consumidos no estado é essencialmente produzida em Pernambuco.

Gráfico 2 – Número de pessoas ocupadas por 10 anos ou mais por grupamentos de atividade do trabalho em Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhares



Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Com relação ao valor da oferta agregada de Pernambuco em 2005, o setor abrange aproximadamente 38% do total. Ao separá-lo por componentes, equivale a 61% da produção, mas somente a 13% da importação total.

Os serviços de informação, de transporte, e os prestados às famílias e às empresas, são as atividades que necessitam da importação de outros estados. Na TRU de Pernambuco para o ano de 2005, as quatro atividades descritas acima são as maiores em valores que, juntos, representam aproximadamente 97% das importações do setor.

Os serviços prestados às empresas apresentam o maior valor, já que parte das empresas pernambucanas, ou de capital estrangeiro (de outros estados), importam serviços, como de publicidade, propaganda, jurídicos, arquitetura ou contabilidade para a sua produção. É o caso de uma empresa fabricante de cerveja, cuja publicidade é feita, nacionalmente, em sua sede fora de Pernambuco, mas há uma filial produzindo cerveja em terras pernambucanas. E essa mesma publicidade é vinculada nacionalmente, portanto também dentro do estado.

Os serviços de informação, cujas maiores atividades são a telefonia fixa, móvel e as atividades de informática, apresentam o mesmo perfil da atividade descrita acima. Em sua grande maioria, principalmente as grandes operadoras, são empresas instaladas em Pernambuco, com matriz no eixo centro-sul do país, sendo parte de seus serviços importada.

Quanto aos serviços de transporte, seu maior percentual advém diretamente de fretes pagos pelas mercadorias transportadas de outros estados. Assim como os serviços prestados às empresas, os direcionados às famílias importam tudo aquilo que é produzido nacionalmente e são inseridos nas empresas locais.

Tanto na tabela 3 como na 4, há ausência de informação de alguns componentes, que foram retirados para melhor visualização e compreensão do conteúdo. Por exemplo, na oferta faltam os impostos na e, demanda, o consumo da APU e das ISFLSF.

Com relação ao valor demanda agregada de Pernambuco em 2005, o setor perfaz aproximadamente 37% do total. Ao separar por componentes, o setor equivale a 42% do consumo intermediário, 36% do consumo das famílias, mas somente 9% da exportação total.

Tabela 3 – Participação percentual das atividades dos serviços nos componentes da oferta no setor e dos serviços no total da economia para Pernambuco no ano de 2005

Atividades	Importação	Produção	Oferta total
Comércio	3%	18%	4%
Alojamento e Alimentação	1%	4%	5%
Transportes	29%	8%	8%
Informação	3%	6%	9%
Financeiro	0%	7%	7%
Aluguel	0%	9%	10%
Serv. Prestados às empresas	35%	6%	9%
APU	0%	31%	33%
Saúde e Educação	0%	5%	6%
Serv. Prestados às famílias	29%	3%	6%
Serviços Domésticos	0%	1%	1%
Total dos Serviços	100%	100%	100%
Total dos serviços na Economia	9%	61%	37%

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Observa-se que o setor de serviços participa somente com 9% do total importado em 2005, fato explicado anteriormente pela característica do setor de autossuficiência, com algumas exceções. A maioria dos serviços é produzida e consumida internamente, com destaque para o comércio, a APU e os aluguéis, as maiores atividades da economia pernambucana.

Na demanda total da economia pernambucana em 2005, o grande setor de serviços apresenta uma participação de 37%, grande parte devido a seu peso no consumo intermediário e no consumo das famílias. Vale ressaltar que, no consumo intermediário, as atividades de serviços prestados às empresas, serviços de informação, financeiro e aluguel, somados, representam 77% do consumo do setor (Tabela 4).

Tabela 4 – Participação percentual das atividades dos serviços nos componentes da demanda no setor e dos serviços no total da economia para Pernambuco no ano de 2005

Atividades	Consumo intermediário	Exportação	Consumo das Famílias	Demanda total
Comércio	10%	4%	3%	4%
Alojamento e Alimentação	3%	1%	16%	5%
Transportes	8%	86%	10%	8%
Informação	22%	2%	6%	9%
Financeiro	15%	0%	10%	7%
Aluguel	13%	2%	21%	10%
Serv. Prestados às empresas	28%	4%	1%	9%
APU	0%	0%	0%	33%
Saúde e Educação	0%	0%	19%	6%
Serv. Prestados às famílias	1%	1%	9%	6%
Serviços Domésticos	0%	0%	5%	1%
Total dos Serviços	100%	100%	100%	100%
Total dos serviços na Economia	41%	6%	36%	37%

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Dos R\$ 12,2 bilhões de reais consumidos pelas famílias em serviços, as cinco maiores atividades em ordem crescente de valor são: os aluguéis, a saúde e a educação mercantil, o alojamento e a alimentação, o financeiro e os transportes que, somados, equivalem a 76% do setor. É compreensível que essas atividades

formaram o maior consumo das famílias no setor, já que, diferentemente das empresas, as famílias requerem os produtos já prontos para consumir.

O setor exporta somente 6% do total, a maior atividade que vende serviços fora do estado com aproximadamente 86% do total são os transportes, representados, sobretudo, pelos fretes, pois, para exportação a produção local como também para importar produtos para Pernambuco, é preciso usar esse tipo de serviço.

4.1.1. Governo - A maior atividade da economia pernambucana

O setor público ganhou destaque no desenvolvimento das estatísticas com Keynes e seus estudos sobre as finanças públicas da Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, anteriormente, nos Estados Unidos com o presidente Roosevelt e a Grande Depressão de 1930, Keynes percebeu que o setor público não era um mero coadjuvante na economia, e que, somente através do aumento dos investimentos do governo e a transferência de renda, poderia tirar a economia americana da recessão

No Brasil, o setor público corresponde a uma elevada fatia da atividade econômica; em 2005 foi de 15%, somente atrás da indústria de transformação. Além disso, tem peso significativo no mercado de trabalho, principalmente no formal. Em Pernambuco, como um dos estados menos industrializados, representa mais de 23% da economia e participa tanto da oferta como da demanda dos bens e serviços com valores significantes, por isso a atividade merece destaque.

Segundo os dados da TRU-PE 2005, eram 380 mil pessoas ocupadas na Administração Pública em Pernambuco, representando aproximadamente 10% do total. Vale ressaltar que essa atividade apresenta os maiores rendimentos nominais, por isso sua importância não está somente no número de pessoas ocupadas, mas também na massa salarial que representa na economia. Segundo na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio - PNAD de 2005, o valor do rendimento médio mensal do trabalho²⁵ dos pernambucanos foi de R\$ 531; ao mesmo tempo, o rendimento dos militares e funcionários públicos estatutários foi de R\$ 1.071, mais que o dobro, portanto.

²⁵ Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência e exclusive as pessoas sem declaração do valor do rendimento do trabalho principal. Inclusive os empregados sem declaração de categoria do emprego no trabalho principal.

Por administração pública se entendem serviços coletivos prestados às famílias, como educação, saúde e segurança, além de transferências para outras instituições ou famílias, com o intuito de promover suas atribuições.

Para o IBGE:

A atividade institucional da administração pública é constituída por unidades que têm como função principal produzir serviços não-mercantis destinados à coletividade e/ou efetuar operações de repartição de renda e de patrimônio. Os serviços são considerados não-mercantis quando prestados a preços economicamente não significativos. A principal fonte de recursos do setor é o pagamento obrigatório efetuado pelas demais unidades institucionais na forma de impostos, taxas e contribuições sociais. (IBGE, 2008 p,83-84).

O setor administração pública é composto por três esferas, a municipal, a federal e a estadual. Para Pernambuco no ano de 2005, a mais significativa é a estadual com 40,4% (gráfico 2). Os órgãos governamentais da administração central e entidades descentralizadas (autarquias, fundações e fundos) são os segmentos mais importantes, como também, entidades públicas com função de governo ou qualquer outra que receba recursos ou transferências de receita proveniente de impostos ou taxas. Vale ressaltar que as instituições do Sistema S, os Conselhos Profissionais que recebem contribuições compulsórias e os fundos de caráter público (FGTS, PIS/PASEP) fazem parte da atividade.

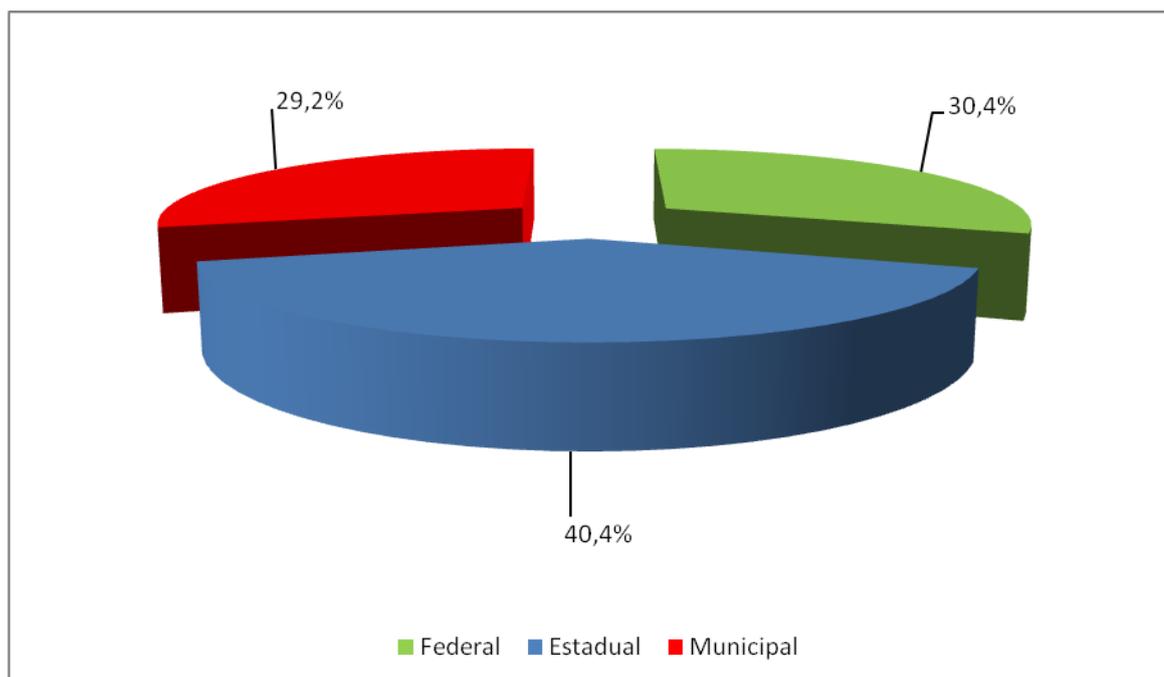
Pelo cálculo da produção, segundo o IBGE em suas notas metodológicas, obtém-se:

A produção não-mercantil da administração pública é, por convenção, medida pelos seus custos por não ser objeto de transação no mercado. Estes custos envolvem as remunerações pagas aos assalariados, o consumo corrente de bens e serviços, o consumo de capital fixo e o pagamento de impostos incidentes sobre a sua produção (IBGE, 2008 p. 4).

Os dados do governo federal são provenientes do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda; da esfera estadual provêm de uma pesquisa realizada pelo IBGE, da Coordenação de Contas Nacionais – CONAC, as Estatísticas Econômicas das

Administrações Públicas. Já quanto aos municípios, são utilizados os dados do FINBRA²⁶ - Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Gráfico 2 – Participação das Esferas da Administração Pública no Valor Adicionado da Atividade para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em percentual (%)



Fonte: Agência Condepe/Fidem.

A produção da administração pública (oferta) foi estimada para o ano de 2005 em 14,4 bilhões de reais, representando um dos maiores componentes dos recursos, somente menor do que as importações e a indústria de transformação. Vale salientar que outras atividades produzem APU para as famílias, parte da produção advém de outras atividades como a saúde e a educação mercantil. Ou seja, parte dos serviços públicos é realizada por agentes privados; é o caso de hospitais particulares que atendem à população pelo SUS- Sistema Único de Saúde.

A soma das duas produções (primária e secundária) é equivalente ao total dos recursos da Administração pública na APU que, em 2005 estava estimado em mais de 14,9 bilhões de reais (figura 2), para ser ofertada a toda a economia pernambucana, participando com 12,7% da oferta total.

²⁶ Finbra - relatório das informações sobre despesas e receitas de cada município brasileiro, divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Já no quadrante de usos, seu consumo são os mesmos 14,4 bilhões de reais para o mesmo ano, representando um dos grandes elementos da demanda final. Assim como na oferta há outras atividades consumidas dentro da APU, no caso a saúde e a educação mercantil como exposto anteriormente. Ao somar os consumos, a APU representa aproximadamente 12,5% da demanda total da economia pernambucana no ano de 2005 (Figura 6).

Mais uma vez, deve-se destacar a importância da diferença entre a produção total da principal e da secundária, como também entre a atividade e o produto para a compreensão do peso da atividade na economia pernambucana. O produto APU (linha) produziu R\$ 14,4 bilhões (oferta), e a própria atividade consumiu os mesmos R\$ 14,4 bilhões (demanda – consumo da APU); assim há o equilíbrio. Entretanto, a atividade APU (a coluna) está presente em várias outras tanto na produção, sendo 3,9% de produção secundária, como no consumo intermediário, reforçando o destaque da atividade na economia pernambucana.

4.2. O peso da indústria na economia pernambucana

Diferentemente do setor de serviços, a indústria durante muitos anos foi considerada a única medida de desenvolvimento de uma nação. Quanto mais industrializado fosse o país, mais rico e conseqüentemente desenvolvido seria. Devido à Revolução Industrial no século XVIII e sua expansão mundial no século XIX, o setor industrial ganhou notoriedade nas estatísticas econômicas, principalmente com a consolidação do Capitalismo.

O início da industrialização no Brasil confunde-se com o da pernambucana, quando se leva em consideração a produção de açúcar durante a colonização dos portugueses até o século XIX, onde a indústria pernambucana era atrelada a brasileira. Entretanto, com o desenvolvimento da indústria no centro-sul do país, sobretudo da paulista no século XX, Pernambuco começa a perder espaço no setor industrial brasileiro.

No Brasil, o setor industrial em 2005 representou 29,3% do Valor Adicionado Bruto, com destaque para a indústria de transformação, com 18,1% do total. Vale ressaltar que o setor industrial é composto por extrativa mineral, indústria de transformação, indústria da construção civil e os serviços de indústria de utilidade pública.

A primeira corresponde às atividades de extração de bens em estado natural, como o petróleo, o gás, os minérios, a água, a areia e a gipsita, por exemplo. Quando há beneficiamento ou transformação, em outro bem, encontra-se na indústria de transformação. A atividade da construção compreende a preparação do terreno; a construção de edifícios e obras de engenharia civil; obras de infraestrutura para energia elétrica e para telecomunicações; obras de instalações; obras de acabamento e aluguel de equipamentos de construção e demolição, com operários. Por fim, as atividades de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica; de captação, tratamento e distribuição de água; de fornecimento de gás e de produção e distribuição de vapor através de uma rede permanente (instalações de infra-estrutura) de linhas, tubulações e dutos representam o SIUP. Destaquem-se nessa atividade a produção de energia da CHESF – Companhia Energética do São Francisco e a da Termopernambuco²⁷ (termoelétrica movida a óleo diesel), como as principais produtoras no Estado de Pernambuco, sendo a primeira no município de Petrolândia e a segunda, no de Ipojuca.

Tabela 4 – Valor Adicionado das Atividades da Indústria e sua Participação Percentual na Economia e no total da Indústria para Pernambuco no ano de 2005

Atividades	Valor Adicionado (em milhões)	Participação percentual (%)	
		No total da economia	No total da indústria
Mineral	28	0%	0%
Transformação	4.701	11%	50%
Construção	2.406	6%	25%
SIUP	2.355	5%	25%
Total da Indústria	9.490	22%	100%
Total da Economia	42.936		

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

A soma da participação dessas atividades no ano de 2005 corresponde a 22% do Valor Adicionado Bruto da economia pernambucana. Por valor monetário em reais, as mais importantes em ordem crescente são a transformação, a construção civil e o SIUP (Tabela 4).

Como dito anteriormente, a atividade industrial apresenta valor adicionado menor que a dos serviços, devido, sobretudo, às relações de CI e VP de cada atividade.

²⁷ www.termope.com.br

Até no número de pessoas ocupadas, segundo os dados da TRU-PE 2005 em Pernambuco, o setor é menor, pois representava 15% do total, com destaque para a de transformação com 10%, sendo as outras indústrias (construção civil, extrativa mineral e SIUP) com somente 5%. Mesmo representando um peso menor na economia pernambucana, essa atividade tem papel de destaque para a formação e a análise da TRU. Os dados mostram uma balança comercial (exportação menos importação) deficitária na economia pernambucana em 2005. Como o Estado importou 34,1 bilhões de reais e exportou 27,6 bilhões, há um déficit de aproximadamente R\$ 6,5 bilhões, sendo a maioria com relação aos outros estados da federação e oriunda do setor industrial.

Os produtos industriais correspondem à maior parte tanto das vendas como das compras. Com relação ao valor da oferta agregada de Pernambuco em 2005, o setor atinge aproximadamente 59% do total, e, ao separar por componentes, equivale a 35% da produção, entretanto corresponde a 88% da importação. Vale ressaltar os percentuais de participação da transformação, sobretudo na importação e na oferta total, tendo como explicação os produtos ofertados na economia pernambucana serem de origem industrial, e, mesmo sendo vendidos no comércio, provêm de fábricas; é o exemplo de um automóvel, quem vende é uma concessionária, mas o bem vem de uma montadora, assim é alocada na atividade de transformação; mais adiante serão detalhados os valores por gênero da indústria de transformação.

Tabela 5 – Participação percentual das atividades da Indústria nos componentes da oferta e no setor da indústria no total da economia para Pernambuco no ano de 2005

Atividades	Importação	Produção	Oferta total
Mineral	0%	0%	0%
Transformação	99%	64%	84%
Construção	1%	20%	9%
SIUP	-	15%	6%
Total da Indústria	100%	100%	100%
Total da indústria na Economia	88%	35%	59%

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Assim como na oferta, na demanda total da economia pernambucana em 2005, o setor apresenta uma participação de 59%, devido, sobretudo, a seu peso nas exportações. Dos R\$ 19,9 bilhões de reais consumidos pelas famílias em produtos industriais, 87% são de bens oriundos da transformação e 13%, dos SIUPs. No consumo intermediário, mais uma vez, o setor representa 51% do total da economia pernambucana, sendo os destaques para a indústria de transformação (79%) e os SIUP (19%).

A relevância da atividade também é elevada na formação bruta de capital fixo, já que toda produção da construção civil corresponde a ele, e os bens de capital na sua maioria fazem parte do setor, como máquinas e equipamentos.

Tabela 6 – Participação percentual das atividades da Indústria nos componentes da demanda e no setor da indústria no total da economia para Pernambuco no ano de 2005

Atividades	Consumo intermediário	Exportação	Consumo das Famílias	Demanda total
Extrativa Mineral	1%	0%	0%	0%
Transformação	79%	98%	87%	84%
SIUP	19%	2%	13%	9%
Construção Civil	1%	-	-	6%
Total da Indústria	100%	100%	100%	100%
Total da indústria na Economia	51%	93%	59%	59%

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Os valores da indústria de extração, tanto na tabela 5 como na 6, estão próximos de zero, já que sua representatividade na economia pernambucana é pequena, mas não é zerada como é o caso da construção na exportação e no consumo das famílias. Assim, como nos serviços, nota-se a ausência de algumas informações na demanda e na oferta para compor sua totalidade, mas somente a título de melhor visualização e compreensão das informações.

4.2.1. A importância da indústria de transformação

Com 49% de toda a oferta e demanda do estado em 2005, a indústria de transformação é de suma importância para a compreensão da TRU-PE. Para o estudo, utilizou-se uma nomenclatura própria devido às especificidades da indústria pernambucana. A tabela 7 faz um resumo entre as nomenclaturas das Contas Regionais, da CNAE 1.0 e as do estudo. Dos 34 gêneros das CR, há 24 para CNAE 1.0, para finalmente compreender os 10 gêneros do estado. São eles: alimentos e bebidas e fumo; têxteis; produtos de madeira - exclusive móveis; refino de petróleo e coque; produtos químicos; cimento; fabricação de aço e derivados; máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos; automóveis, camionetas e utilitários e móveis e produtos das indústrias diversas.

Tabela 7 – Nomenclatura da indústria de transformação para TRU-PE

Contas Regionais	CNAE 1.0	TRU-PE
Alimentos e bebidas	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	Alimentos, bebidas e fumo
Produtos do fumo	Fabricação de produtos do fumo	
Têxteis	Fabricação de produtos têxteis	Têxteis
Artigos do vestuário e acessórios	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	
Artefatos de couro e calçados	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	
Produtos de madeira - exclusive móveis	Fabricação de produtos de madeira	Produtos de madeira - exclusive móveis
Celulose e produtos de papel	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	
Jornais, revistas, discos	Edição, impressão e reprodução de gravações	Refino de petróleo e coque
Refino de petróleo e coque	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	
Álcool		Produtos químicos
Produtos químicos	Fabricação de produtos químicos	
Fabricação de resina e elastômeros		
Produtos farmacêuticos		
Defensivos agrícolas		
Perfumaria, higiene e limpeza		
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas		
Produtos e preparados químicos diversos		
Artigos de borracha e plástico	Fabricação de artigos de borracha e plástico	

Tabela 7 – Nomenclatura da indústria de transformação para TRU-PE
(continuação)

Contas Regionais	CNAE 1.0	TRU-PE
Cimento	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	Cimento
Outros produtos de minerais não metálicos		
Fabricação de aço e derivados	Metalurgia básica	Fabricação de aço e derivados
Metalurgia de metais não ferrosos		
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	Fabricação de produtos de metal-exclusive máquinas e equipamentos	
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	Fabricação de máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos
Eletrodomésticos		
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	
Automóveis, camionetas e utilitários	Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	Automóveis, camionetas e utilitários
Caminhões e ônibus		
Peças e acessórios para veículos automotores		
Outros equipamentos de transporte	Fabricação de outros equipamentos de transporte	
Móveis e produtos das indústrias diversas	Fabricação de móveis e indústrias diversas	Móveis e produtos das indústrias diversas

Fonte: Elaboração própria.

Segundo os dados das Contas Regionais, a atividade representava 11% do VA, sendo a terceira mais importante, atrás da APU e do comércio; já em valor de produção é a maior, com 22% do total produzido no Estado. Os maiores gêneros no VA são os mesmos no VP, por isso a tabela 8 apresenta a participação de cada um no Valor Adicionado Bruto, como também por representar ganho agregado de cada gênero. O gênero de alimentos, bebidas e fumo é o maior, com 35%, seguido dos produtos químicos e da fabricação de aço e derivados que, somados, perfazem 72% da atividade.

Tabela 8 – Participação percentual dos gêneros da indústria de transformação no valor adicionado bruto, no número de unidades locais e no pessoal ocupado na atividade em Pernambuco no ano de 2005

Gêneros	VA CR	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
Alimentos, bebidas e fumo	35%	29%	50%
Têxteis	4%	23%	13%
Produtos de madeira - exclusive móveis	6%	8%	5%
Refino de petróleo e coque	1%	0%	2%
Produtos químicos	19%	9%	9%
Cimento	7%	11%	6%
Fabricação de aço e derivados	18%	6%	4%
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	6%	6%	6%
Automóveis, camionetas e utilitários	2%	1%	1%
Móveis e produtos das indústrias diversas	3%	7%	3%
Total da Indústria de Transformação	100%	100%	100%

Fonte: Agência Condepe/Fidem e IBGE/PIA.

Vale ressaltar que a indústria do açúcar tem peso elevado ainda na atividade, que, em 2005, foi de aproximadamente 31%²⁸ do gênero de alimentos, bebidas e fumo. A PIA 2005 mostra que o gênero representa metade do pessoal ocupado na indústria de transformação e 29% das unidades locais. Outras produções de destaque são: sovertes, bolachas, massas e biscoitos; malte, cerveja e chopes e refrigerantes, que, somados, representavam 36% do VA do gênero. Os produtos químicos, com somente 9% do pessoal ocupado, mostram maior agregação de valor, devido, sobretudo, à tecnologia usada na fabricação de seus principais produtos (tintas; perfumaria, higiene e limpeza; plásticos em geral e elastômeros).

Entretanto a maior produtividade está no gênero de fabricação de aço e derivados, com somente 4% do pessoal ocupado, e aproximadamente 18% do VA apresentam maior ganho de agregação de valor. Seus principais produtos são: embalagens metálicas; laminados longos de aço; metalurgia do alumínio e suas ligas e esquadrias de metal.

A importância principal da atividade está relacionada a seu papel nas importações. Como dito anteriormente, quando se importa um automóvel, por ser um bem industrial, ele entra na pauta de importação de sua atividade, no caso o gênero automóveis, camionetas e utilitários. No mesmo caso, o gênero representa somente

²⁸ Dado referente às Contas Regionais extraídas da PIA.

2% do valor adicionado na transformação e, se considerar a VA total da economia pernambucana, não representa nem 0,3% do total. Ao mesmo tempo chegou a 8% das importações totais e a cerca de 5% da oferta global.

Tabela 9 – Participação percentual dos gêneros da indústria de transformação nos componentes da oferta e no setor da transformação no total da economia em Pernambuco no ano de 2005

Gêneros	Importação	Produção	Outros componentes	Oferta total
Alimentos, bebidas e fumo	23%	38%	31%	29%
Têxteis	8%	6%	9%	7%
Produtos de madeira - exclusive móveis	4%	5%	3%	4%
Refino de petróleo e coque	11%	1%	14%	9%
Produtos químicos	18%	20%	14%	18%
Cimento	2%	5%	4%	3%
Fabricação de aço e derivados	8%	13%	4%	9%
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	15%	6%	9%	11%
Automóveis, camionetas e utilitários	8%	1%	4%	5%
Móveis e produtos das indústrias diversas	4%	4%	7%	5%
Total da transformação	100%	100%	100%	100%
Total da transformação na Economia	87%	22%	19%	49%

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Ao se analisar, por gênero, a indústria de transformação, percebe-se que os mais dependentes externamente são os automóveis, camionetas e utilitários, seguidos das máquinas e equipamentos e do refino de petróleo e coque, sobretudo pela falta de produção de combustíveis. Acha-se que, a importação de alguns itens como os automóveis seria 100% da oferta, entretanto se deve salientar o peso da margem de comércio, transporte e impostos no gênero, além de uma pequena produção local de produtos da atividade.

Já os menos dependentes são os gêneros cimento, alimentos, bebidas e fumo e de fabricação de aço e derivados. Assinala-se que somente quanto ao primeiro a produção é maior que a importação na composição da oferta global da economia pernambucana em 2005. Ainda na tabela, os outros componentes que são a

margem de comércio, transporte e impostos, ressalta-se que o maior percentual para os alimentos e bebidas, os produtos químicos e refino de petróleo e coque, onde os dois primeiros os valores da margem de comércio são os maiores montantes, e o último os impostos, sobretudo a arrecadação de ICMS. (reler esse parágrafo)

Com relação à demanda total, a relevância da atividade está no consumo das famílias (51%) e nas exportações (91%). No consumo das famílias, aproximadamente 45% de produtos industriais são alimentos, bebidas e fumo. O gênero é tão grande que corresponde a 29% da demanda total em 2005 no Estado. Produtos do gênero têxtil correspondem a 13% do consumo das famílias da atividade; ressaltam-se também o refino de petróleo e máquinas e equipamentos.

Tabela 10 – Participação percentual dos gêneros da indústria de transformação nos componentes da demanda no setor e da transformação no total da economia em Pernambuco no ano de 2005

Gêneros	Consumo intermediário	Exportação	Consumo das Famílias	Demanda total
Alimentos, bebidas e fumo	15%	28%	45%	29%
Têxteis	7%	4%	13%	7%
Produtos de madeira - exclusive móveis	5%	5%	2%	4%
Refino de petróleo e coque	13%	6%	10%	9%
Produtos químicos	23%	22%	9%	18%
Cimento	6%	3%	1%	3%
Fabricação de aço e derivados	18%	10%	1%	9%
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	8%	11%	10%	11%
Automóveis, camionetas e utilitários	3%	6%	4%	5%
Móveis e produtos das indústrias diversas	3%	6%	5%	5%
Total da transformação	100%	100%	100%	100%
Total da transformação na Economia	41%	91%	51%	49%

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Com 91% das exportações do estado, a transformação é a principal fornecedora de produtos e bens para o resto do mundo e outras unidades da federação. Por gênero, mais uma vez o de alimentos, bebidas e fumo é o maior (28%), seguido dos

produtos químicos (22%), máquinas e equipamentos (11%) e fabricação de aço e derivados (10%). Por produtos, as principais vendas são: fibras, fios, cabos e filamentos contínuos artificiais; combustíveis; alimentos em geral, sobretudo o açúcar, equipamentos de telefonia; embalagens metálicas; automotores e bebidas alcoólicas.

Sabe-se que Pernambuco não produz combustíveis, nem automóveis, portanto, parte de nossas exportações não é produzida internamente, e Pernambuco é um entreposto comercial para outras unidades da federação, principalmente para a Região Nordeste.

Mais uma vez, as tabelas disponíveis nessa seção estão com ausência de algumas informações para a composição total da demanda e da oferta.

4.3. O peso da agropecuária na economia pernambucana

O setor agropecuário representou durante muitos séculos a única forma de produção de uma nação. A primeira escola econômica, a Fisiocrata, considera a agricultura o único trabalho produtivo, portanto a única forma de produzir excedentes. O setor só perdeu seu papel central na economia com o desenvolvimento da Revolução Industrial e as teorias econômicas de Adam Smith.

No Brasil o comportamento do setor se confunde com sua história. Devido às grandes produções de cana e café, o país ficou conhecido como o grande produtor de alimentos mundial, principalmente voltados para exportação. No Brasil o setor agropecuário em 2005 representa 5,7% do Valor Adicionado Bruto, com destaque para a agricultura, com 3,8% do total. Vale ressaltar que, mesmo participando relativamente pouco existe outras atividades vinculadas ao processo primário como a produção industrial e a comercialização é agronegócio²⁹ que é um dos maiores setores da economia brasileira.

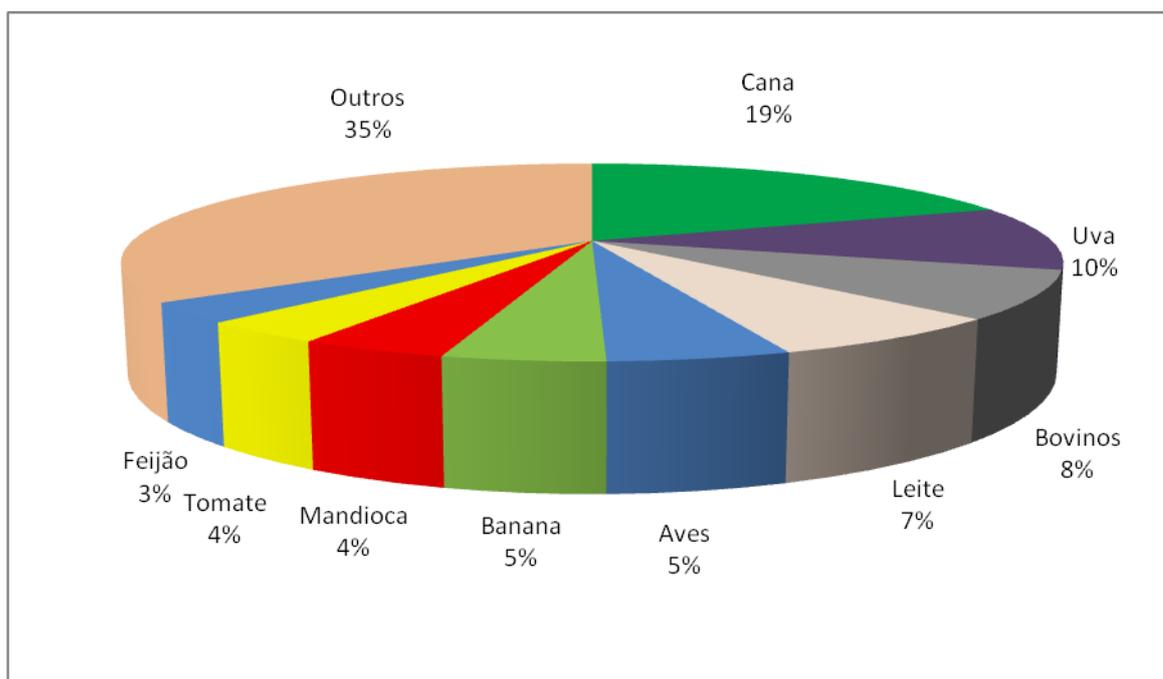
Em Pernambuco não poderia ser diferente, já que parte de nosso desenvolvimento está atrelada à produção de açúcar, conseqüentemente de cana-de-açúcar. Como dito anteriormente, o setor representa 5% do total do VA, a agricultura corresponde a 3,6%, e a pecuária a 1,5% do total. Vale ressaltar que a agricultura corresponde ao cultivo de lavouras agrícolas (temporária e permanente); horticultura; floricultura; silvicultura e extração vegetal; enquanto a pecuária, à criação de animais em geral; de produtos de origem animal e pesca.

²⁹ Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos - <http://www.agricultura.gov.br>.

Nas contas regionais são investigados mais de 150 produtos do setor; para simplificar a análise, foram agrupados em 12 atividades, que são: o cultivo de cereais; cana; soja; outras lavouras (temporárias e permanentes); café; frutas cítricas; silvicultura e exploração florestal; bovinos e outros produtos de animais vivos; suínos; aves e pesca.

Os principais produtos de Pernambuco em 2005 foram, em ordem crescente de valor: outras lavouras (com destaque para uva, banana, mandioca, tomate e feijão), cana, e bovinos, sobretudo a pecuária de corte e leiteira. Entretanto, ao analisar os 150 produtos, a cana vai para o primeiro lugar, com aproximadamente 19% do valor adicionado ao setor, seguido da uva, dos bovinos, do leite, das aves, da banana, da mandioca, do tomate e do feijão. Ao somar os nove principais produtos dos mais de 150, acha-se 65% do total do setor.

Gráfico 4 – Participação percentual dos produtos no setor da agropecuária da economia pernambucana em 2005– Valores em percentual (%)



Fonte: Agência Condepe/Fidem.

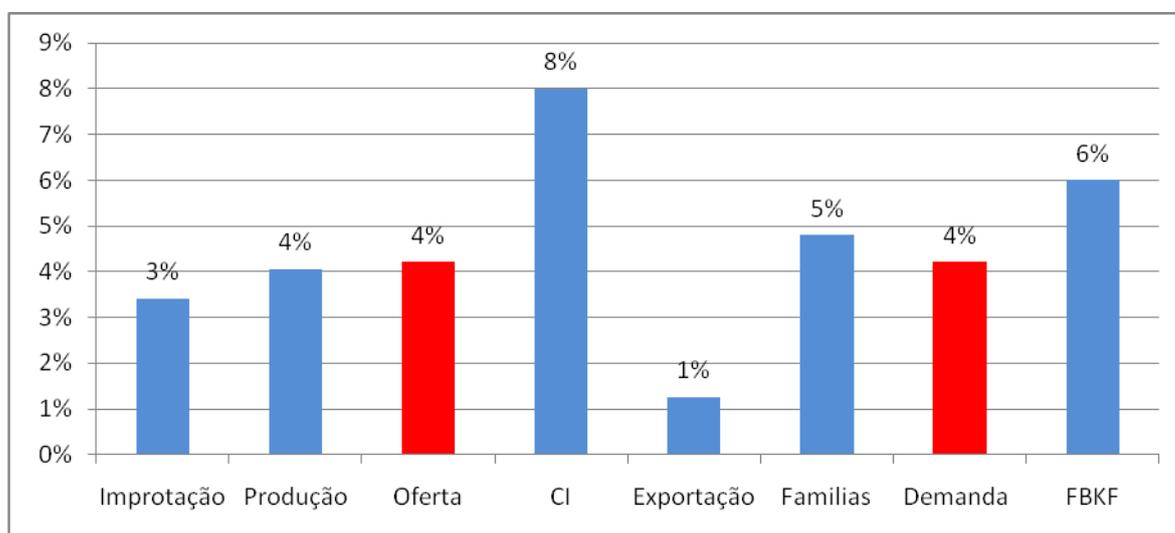
Com 4% da demanda total da economia, o setor tem pouca representatividade, como explicado anteriormente, por ser atividade da indústria que agrega o valor das principais culturas do estado, sobretudo o açúcar. Com relação às importações e exportações, o fato se deve à não comercialização de produtos in natura ou vivos, pois barreiras sanitárias já devem vir com algum tipo de beneficiamento. Por isso, na

atividade de transformação, o gênero de alimentos, bebidas e fumo tem valor elevado.

Os valores mais expressivos são do CI- Consumo Intermediário, já que é insumo para a maior indústria do estado (a cana-de-açúcar para produção de açúcar refinado), a formação bruta de capital fixo – FBKF, sobretudo os bovinos, que são considerados investimentos.

Mesmo apresentando pouca importância, há três elementos relevantes no setor. O primeiro diz respeito ao pessoal ocupado – que ajuda na fixação do homem no campo -, já que, segundo a TRU-PE 2005, havia 1.197,6 mil pessoas empregadas (empregadores, empregados, conta-própria e sem rendimento). Entretanto, há um número elevado de pessoas que trabalham na produção sem rendimento, segundo a mesma fonte, aproximadamente 286 mil pessoas. O segundo é a produção de alimentos, e o terceiro, a produção de insumos para a indústria.

Gráfico 4 – Participação percentual do setor agropecuário na oferta e na demanda total da economia pernambucana em 2005 – Valores em percentual (%)



Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Se separarmos agricultura e pecuária, há diferenças que devem ser ressaltadas, o setor agrícola representa aproximadamente 65% da demanda/oferta, e da importação, 63% da produção; no caso da importação, destaque para os cereais, e, nos outros dois casos, as outras lavouras têm o maior peso. O setor representa 68% do consumo intermediário e das exportações; no CI a cana-de-açúcar tem o maior percentual e, nas exportações, as outras lavouras. Por fim, o setor agrícola detém

78% do consumo das famílias da agropecuária pernambucana, e mais uma vez ressaltam-se as outras lavouras, com 71% na atividade agrícola, sendo as frutas não cítricas, como uva e manga, o grande peso desse produto.

5. Componentes da oferta

Como explanado anteriormente, a TRU está dividida em recursos e usos, cuja primeira parte é caracterizada pelas condições da oferta do produto. Consistem dela os seguintes componentes:

- o valor da produção a preços básicos das 17 atividades³⁰;
- a importação de bens e serviços das outras unidades da federação e do exterior;
- a margem do comércio;
- a margem do transporte; e
- os impostos e subsídios líquidos que se desagregam em: Imposto sobre Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços – ICMS, e outros.

O valor de produção a preços básicos é encontrado nas Contas Regionais de Pernambuco e é soma do valor de produção das atividades agrícola, industrial e de serviços, que, no ano de 2005, era de R\$ 76,6 bilhões. Para melhor exemplificar, seria toda a produção interna na economia pernambucana, com destaque para o peso dos serviços no montante, pois corresponde a aproximadamente 61% da produção total, 35% do setor industrial e 4% da agropecuária.

A diferença entre produção e valor adicionado está no consumo intermediário, ou seja, os insumos. Percebe-se, que, das 17 atividades, a de transformação apresenta o maior valor de produção. A explicação para que essa atividade perca o posto quando se chega ao valor adicionado, está em seu alto consumo de insumos com relação às outras atividades. Como será descrito posteriormente, a indústria de transformação é uma das maiores compradoras de produtos fora do estado, e, por esse motivo, pode-se conceber que, por causa da margem de comércio e transportes, esses insumos tornam-se mais caros.

³⁰ Para facilitar a compreensão do leitor, vamos configurar a TRU de Pernambuco com as mesmas atividades divulgadas pelas Contas Regionais do Brasil, entretanto há estudos detalhados para aproximadamente 80 atividades/produtos.

A importação de bens e serviços é extraída das informações da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, onde são encontradas as entradas de mercadorias e insumos adquiridos para comercialização/ industrialização, ou na prestação de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação. Resumindo, são todos os bens e serviços que entraram em Pernambuco para a formação de sua oferta global, conseqüentemente não foram produzidos internamente, mas utilizados para o consumo intermediário ou na demanda das famílias. Segundo os dados, esse valor chegou, em 2005, a aproximadamente R\$ 34,1 bilhões, tanto de bens como de serviços. Vale ressaltar a parte do exterior que, em 2005, chegou ao montante de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões de reais.

Para o cálculo da margem do comércio, a melhor explicação está nas notas metodológica do IBGE, onde se lê:

Entre o momento do lugar de fabricação de um bem e do outro em que este é colocado à disposição do comprador final, requer-se um complemento de produção, ou seja, a parcela referente aos serviços de transporte e de comércio. Estes dois elementos são componentes da passagem do conceito de preço básico de um bem para obter seu preço de aquisição, preço de consumidor (IBGE, 2008 p.2).

Segundo o manual da SNA de 93, as mercadorias que a atividade comercial adquire são revendidas sem sofrer qualquer tipo de transformação, ou beneficiamento. Esse serviço de intermediação entre os produtores (agrícolas e industriais) e os consumidores é representado pela margem comercial, calculada pela diferença entre o preço de venda e o custo das mercadorias adquiridas para revenda. Para se obter esses valores, somam-se as margens comerciais realizadas sobre os bens que se compram para revenda, que é igual ao valor bruto da produção da atividade principal do Comércio.

De modo semelhante à margem do comércio, se um bem é produzido em um lugar e precisa ser transportado até o consumidor, esse transporte corre por conta do comprador, e esses custos serão identificados separadamente como margem de transporte.

Esses dois componentes da oferta são representados pelas Contas Regionais pelo mesmo valor de produção principal das atividades de comércio e transporte, e, segundo os dados de 2005, os valores são respectivamente, R\$ 6,7 bilhões e R\$ 1,4 bilhão.

Para a mensuração dos impostos totais, o SNA 1993 prevê que é a soma dos pagamentos obrigatórios sem contrapartida, pagos à administração pública, utilizados por esse setor para fornecer bens ou serviços, dividindo-se em impostos sobre produtos e em outros impostos sobre a produção. Para Pernambuco, o mais importante dos impostos é o ICMS (representando cerca de 61% do total arrecadado), seguido de outros impostos³¹, do IPI e dos Impostos sobre Importação. Por fim, o valor arrecadado em 2005 em Pernambuco foi de quase R\$ 7,0 bilhões.

O mais importante deste capítulo, além de explanar cada um dos componentes, consiste em analisar o papel de cada um na formação da oferta total. Com a produção de 76,6 bilhões de reais das dezessete atividades da economia pernambucana mais a importação de outros 34,1 bilhões de reais, a soma equivale a um montante de aproximadamente 110,6 bilhões de reais a preços básicos. Entretanto, como visto anteriormente, para os recursos se tornarem oferta total da economia, ou seja, a preço do consumidor, incorporam-se ao preço o pagamento de impostos, a margem do comércio e a margem do transporte.

Vale salientar que, para achar a oferta total a preço do consumidor para Pernambuco no ano de 2005, deve-se subtrair o valor de produção principal da atividade comercial e de transportes, para não haver uma dupla contagem, já que a produção principal das duas atividades está incorporada aos 76 bilhões de reais a preços básicos; então, para obter a oferta total a preço do consumidor da economia pernambucana no ano de 2005, é necessária somente a soma da produção às importações mais o total dos impostos pagos. Portanto, há um montante de aproximadamente 117,6 bilhões de reais de oferta (recursos) total da economia pernambucana no ano de 2005.

A tabela 11 traz um resumo dos componentes na oferta por setor da economia. Na agropecuária, por exemplo, 63% de sua oferta equivalem à produção local, contra somente 39% da indústria. O serviço apresenta um percentual acima dos 100%, devido à contrapartida da margem de transporte e comércio que já estão computadas em sua produção. O mais interessante é que somente 7% da oferta dos serviços são importados.

³¹ Compreende os impostos sobre a mão de obra utilizada ou remunerações pagas e taxas incidentes sobre o exercício de atividades econômicas específicas.

Tabela 11 – Participação percentual dos componentes da oferta por setor da economia de Pernambuco em 2005 e dos setores na oferta total

Componentes	Participação dos componentes da Oferta				Participação no total da Oferta		
	Total	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Valor da produção	65%	63%	39%	107%	3%	23%	40%
Importação	29%	23%	43%	7%	1%	25%	3%
Imposto de importação	0%	0%	0%	-	0%	0%	-
IPI	0%	-	1%	-	-	0%	-
ICMS	4%	3%	5%	2%	0%	3%	1%
Outros impostos líquidos de subsídios	2%	2%	1%	2%	0%	1%	1%
Margem comércio	-	7%	9%	-15%	0%	5%	-6%
Margem transporte	-	2%	2%	-3%	0%	1%	-1%
Total	100%	100%	100%	100%	4%	59%	37%

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Ainda a tabela verifica o peso da indústria nos impostos, sobretudo no ICMS, já que, na maioria das atividades dos serviços, não incide taxaço por produto. Mais uma vez, destaque para importações, onde as compras do setor industrial correspondem a 25% do total ofertado no estado e, como dito anteriormente, o setor é responsável por 88% dos produtos importados (tabela 5). Ainda na tabela 11, verifica-se que o peso do setor de serviços está em sua produção, enquanto o do setor industrial, na produção e na importação.

Com 49% da oferta total, a atividade de transformação apresenta dados interessantes na própria composição da oferta total. As importações da atividade são responsáveis por 25% da oferta total, o valor de produção, por 15%, a margem de comércio, por 5%, os impostos totais, por 3%, e a margem de transporte, por 1%, demonstrando a importância do setor para a formação da oferta total da economia pernambucana, sobretudo nas importações e na produção.

6. Componentes da demanda

A disposição por parte dos consumidores de comprar determinada mercadoria ou serviço é chamada de procura ou demanda. Na TRU será caracterizada pelas condições de uso, ou seja, da demanda por produto, sendo seus componentes:

- o valor do consumo intermediário das 17 atividades;
- a exportação de bens e serviços para outras unidades da federação e do exterior;
- o consumo da Administração Pública;
- o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias – ISFLSF;
- o consumo das famílias;
- a formação bruta de capital fixo; e
- a variação de estoque.

Primeiramente, existe diferença entre demanda final e demanda total. A demanda total é a final acrescida do consumo intermediário das 17 atividades.

O consumo intermediário, como o valor da produção, é retirado das Contas Regionais de Pernambuco, sendo equivalente aos insumos necessários para a produção de um bem ou de um tipo de serviço. No ano de 2005, o valor foi de 33,6 bilhões de reais, com 51% para o setor industrial, 46% para os serviços, e 3% para a agropecuária.

Como na oferta, percebe-se o peso do setor industrial na demanda, já que parte da indústria pernambucana para a produção de seus bens necessita de insumos de outras regiões, fora do território pernambucano, principalmente a de transformação. Parte da contribuição desta dissertação propõe-se a estudar essa dependência da atividade com relação aos produtos importados.

Pode-se exemplificar o insumo com a simples produção de um pão, pois é preciso, além da matéria prima (trigo), a incorporação da energia elétrica (quando o forno é elétrico), entre outros, como a água. A soma de todos os componentes necessários para a produção de um pão é o consumo intermediário da indústria de transformação da panificação.

As exportações de bens e serviços são informações da SEFAZ de Pernambuco com as mesmas características das importações. O consumo da Administração Pública será mais detalhado no capítulo seguinte, destacando-se sua importância econômica e a proximidade de valor entre seu consumo e seu valor de produção.

Como a Administração Pública, a ISFLS é uma atividade não mercantil³², portanto seu consumo é igual ao valor da produção que, por sua vez, é definido pela soma de seus custos: do consumo intermediário, do consumo de capital fixo, de outros impostos sobre a produção e a importação, e da remuneração de empregados. São características dessa atividade as ONGs (Organizações Não Governamentais), as igrejas e os clubes de Futebol.

O consumo das famílias representa tudo que foi consumido pelas unidades familiares no ano de 2005, tanto de bens duráveis como de não duráveis. É através da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF que é possível chegar a esse componente, com algumas ressalvas e a utilização de mais duas pesquisas (Pesquisa Mensal de Emprego e Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio), ambas do IBGE.

Com relação à Formação Bruta de Capital Fixo, mais uma vez se faz uso das notas metodológicas do IBGE:

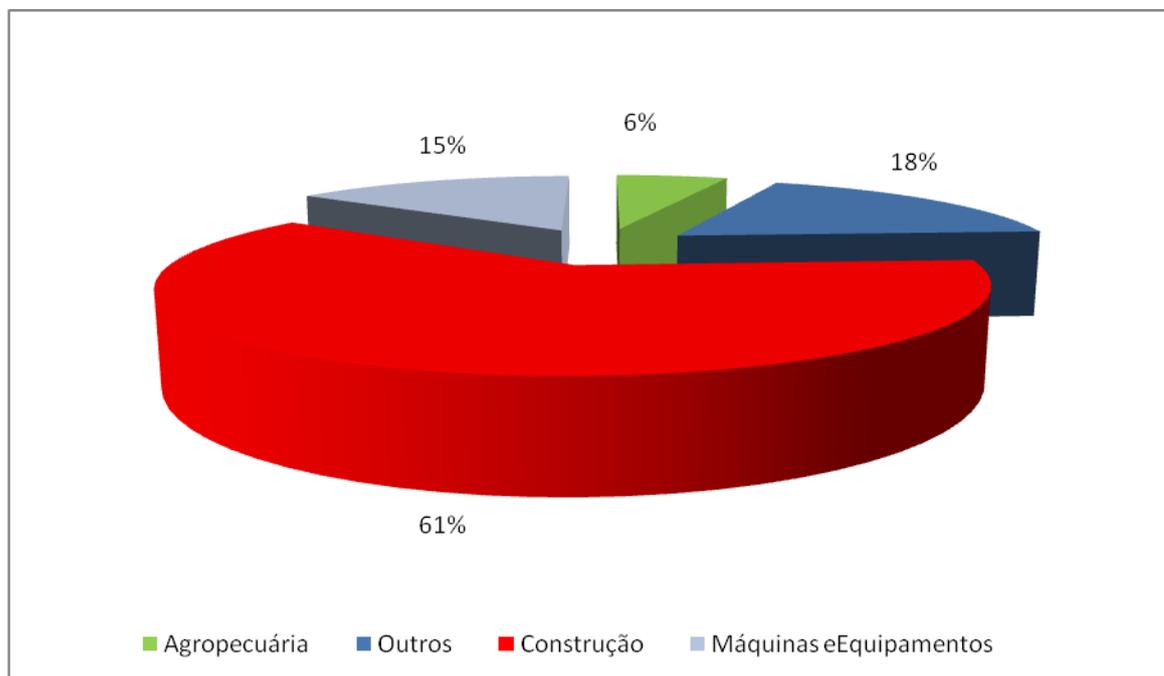
A formação bruta de capital fixo (FBKF) é a parte do Sistema de Contas Nacionais (SCN) que registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos. (IBGE, 2008, p.2)

Há vários exemplos de produtos destinados a essa categoria, sendo os mais simples de visualizar os referentes à atividade da construção civil, já que grande parte de sua produção é caracterizada como FBKF.

O gráfico 5 representa o FBKF, onde somente a construção civil representa 61% do total, máquinas e equipamentos têm 15%, a agropecuária, 6%, sobretudo a pecuária com os bovinos, e do restante participam 15% considerados outros, com destaque para os automóveis.

³² A produção não mercantil consiste em bens ou serviços, individuais ou coletivos, produzidos pelas APU ou IPSFL, que são fornecidos gratuitamente ou a preços economicamente não significativos, a outras unidades institucionais ou à comunidade. Ver SNA (1993) capítulo VI.

Gráfico 5– Participação dos componentes na Formação Bruta de Capital Fixo Pernambuco 2005 – Valores em percentual (%)



Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Com relação às variações de estoques:

As variações de estoques por produto são estimadas a partir dos valores dos estoques iniciais e finais das pesquisas econômicas do IBGE, sendo estudado à parte o comportamento dos estoques de alguns produtos como o rebanho, o petróleo e derivados, e o álcool. (IBGE, 2008, p.91)

É um dos itens mais importantes da TRU, pois, através dele, equilibram-se a oferta e a demanda, como também é de suma importância para a definição do valor de produção e do consumo intermediário. Como expresso anteriormente, é a variação líquida nos estoques de bens acabados ou em elaboração ou de matérias primas utilizadas no processo de produção, e isso não quer dizer que o valor negativo (R\$ 107 milhões) significa um desabastecimento. Os valores maiores negativamente foram os gêneros da indústria de transformação de alimentos e bebidas (R\$ 57 milhões) e da de produtos químicos (R\$ 49 milhões); e os maiores montantes positivos foram os gêneros de cimentos (R\$ 22 milhões) e a fabricação de aço e derivados (R\$ 21 milhões).

Por fim a soma de todos os componentes retrata o valor da demanda total da economia pernambucana, que, para o ano de 2005, foi estimado em 117,6 bilhões de reais, sendo seus principais montantes o consumo intermediário (29%), as

exportações (23%) e o consumo das famílias (23%), correspondendo juntos a quase 81% da demanda total.

A tabela 12 traz um resumo dos componentes na demanda por setor da economia. Na agropecuária, por exemplo, 52% de sua demanda equivalem ao consumo intermediário (insumos para o próprio setor); outro grande componente é o consumo das famílias com 33% da demanda do setor. Na indústria, destaque para as vendas para fora do estado com 37% e o consumo das famílias com 29%, enquanto nos serviços ressaltam-se o peso na demanda total do setor, o consumo da APU (33%), e o consumo intermediário (31%).

Ainda na tabela, verifica-se o peso das exportações industriais (22%) na demanda total da economia pernambucana em 2005 e, como expresso anteriormente, o setor é responsável por 93% de tudo o que é vendido para fora de Pernambuco (tabela 6). O consumo das famílias e o intermediário do setor também representam pesos significativos da demanda total.

Já no setor de serviços, os componentes mais importantes da demanda total são o consumo intermediário e o da administração pública, este último de suma importância para a economia de Pernambuco, sendo responsável pelo maior valor adicionado entre as atividades.

Tabela 12 – Participação percentual dos componentes da demanda por setor da economia de Pernambuco em 2005 e dos setores na demanda total para Pernambuco no ano de 2005

Componentes	Participação dos componentes da Demanda				Participação no total da demanda		
	Total	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Consumo intermediário	29%	52%	25%	31%	2%	15%	12%
Exportação	23%	7%	37%	3%	0%	22%	1%
Consumo APU	12%	-	-	33%	-	-	12%
Consumo ISFL	1%	-	-	3%	-	-	1%
Consumo famílias	29%	33%	29%	28%	1%	17%	10%
FBKF	6%	8%	9%	0%	0%	5%	0%
Estoques	0%	0%	0%	-	0%	0%	-
Total	100%	100%	100%	100%	4%	59%	37%

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Com 48% da demanda total, a atividade de transformação apresenta dados interessantes para a composição total. As exportações da atividade representam

21% da demanda total, o consumo das famílias pelos produtos da indústria de transformação equivale a 15%, os insumos (consumo intermediário) por 12%, por fim os investimentos de produtos da atividade por 2% da demanda total da economia pernambucana.

7. A contribuição das trocas na oferta e na demanda

Como visto anteriormente, o comércio participa com aproximadamente 14% do VAB pernambucano no ano de 2005, sendo umas das principais atividades da economia local. Com um valor de produção de 8,4 bilhões, pode-se entender que esse seja o montante para sua contribuição para a oferta total, como também os R\$ 2,0 bilhões do consumo intermediário foi o valor somado para o cálculo da demanda total. Entretanto, as afirmações acima não estão completamente conectadas, pois há as trocas por vias interna e externa, sendo seus componentes de suma importância para totalização dos recursos e usos.

Segundo dados da TRU pernambucana, as importações ultrapassam os 34,1 bilhões de reais e as exportações os 27,6 bilhões de reais. Com oferta e demanda total de aproximadamente 117,6 bilhões de reais, as importações e exportações, respectivamente, representam 29% da oferta total e 23% da demanda total. Todavia, como visto em capítulos antecedentes, há que ter o cuidado da diferenciação do peso dos serviços e da diferença dos bens (agrícolas e industriais).

Assim, sabe-se que o comércio pernambucano por si só não é o único a contribuir para a formação da oferta e da demanda. Achou-se melhor usar a nomenclatura trocas ou transações por vias interna e externa, dado seu peso nas informações existentes.

Com a separação por bens, observou-se que os principais produtos importados pela economia pernambucana são os alimentares, os produtos químicos e as máquinas e equipamentos. A soma deles equivale a, aproximadamente, 50% de toda a importação.

Há uma ressalva importante a fazer com relação à importação. É que grande parte das importações é oriunda de outros estados, mas deve-se advertir que alguns desses produtos são provenientes do exterior, e entraram por outras unidades da Federação. É o caso de empresas de importação com sede nos grandes centros

como São Paulo e Rio de Janeiro, que importam por vários portos ou aeroportos do Brasil e repassam para suas unidades em Pernambuco.

Com relação às exportações, somente dois produtos são responsáveis por mais de 53%, os da indústria de alimentos e os da indústria química.

Para melhor visualizar a importância das trocas por vias interna e externa, a seguir serão apresentadas em equações as contas para obter o PIB, que estão constituídas pela ótica da produção e do consumo/gasto. Assim, pode-se escrever a seguinte equação para valorar o PIB:

$$\text{PIB} = \text{VP}_{\text{pb}} - \text{Cl}_{\text{pc}} + \text{IP}$$

e

$$\text{PIB} = \text{C}_{\text{pc}} + \text{FBCF}_{\text{pc}} + \text{VE} + \text{X}_{\text{fob}} - \text{M}_{\text{cif}}$$

Igualando as equações:

$$\text{VP}_{\text{pb}} - \text{Cl}_{\text{pc}} + \text{IP} = \text{C}_{\text{pc}} + \text{FBCF}_{\text{pc}} + \text{VE} + \text{X}_{\text{fob}} - \text{M}_{\text{cif}}$$

Por fim, alterando a equação acima chega à equação entre recursos e usos;

$$\text{VP}_{\text{pb}} + \text{M}_{\text{cif}} + \text{IP} = \text{C}_{\text{pc}} + \text{Cl}_{\text{PC}} + \text{FBCF}_{\text{pc}} + \text{VE} + \text{X}_{\text{fob}}$$

em que

VP_{pb} = Valor da produção a preços básicos,

M_{cif} = Importações de bens e serviços de não fatores,

IP = Impostos sobre produtos líquidos dos subsídios,

Cl_{PC} = Consumo intermediário a preços do consumidor,

C_{pc} = Despesas do consumo final a preços do consumidor,

FBCF_{pc} = Formação Bruta de Capital Fixo a preços do consumidor,

VE = Variação de estoque,

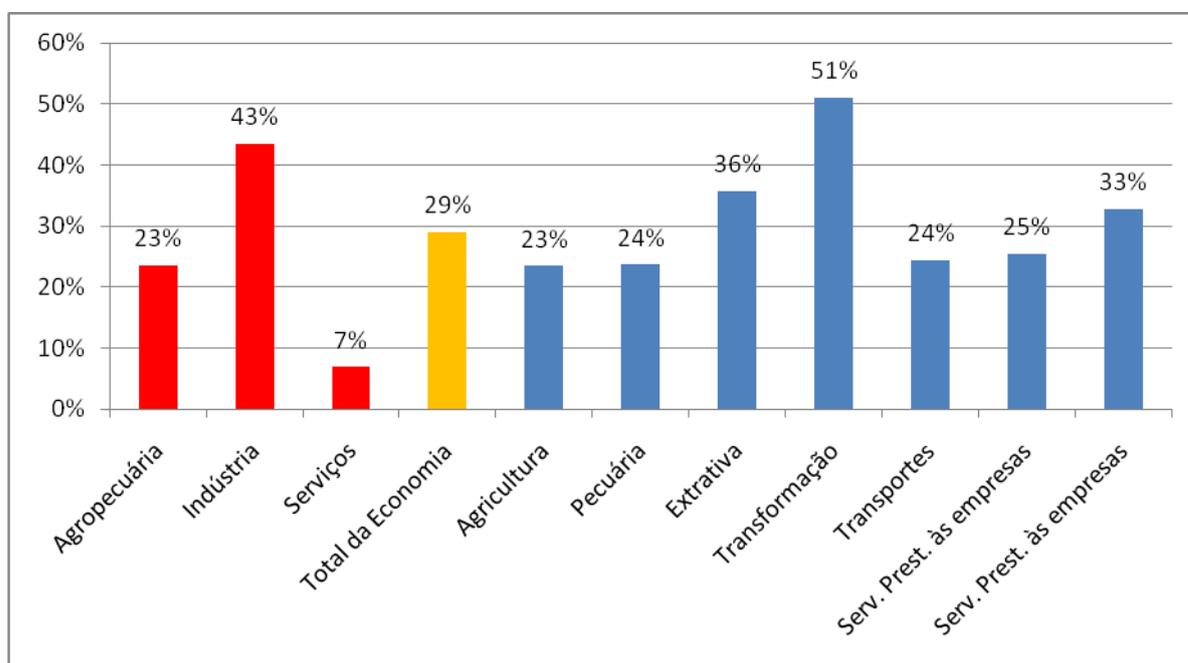
X_{fob} = Exportações de bens e de serviços de não fatores, valoradas a preços de FOB.

Por conseguinte, pode-se verificar na equação acima o papel das importações e das exportações na formação da tabela de recursos e usos, ou seja, da demanda e da oferta. Outro ponto importante é a influência do consumo intermediário de cada atividade na produção de cada produto, ou seja, quanto de energia é gasto para a produção de arroz na indústria de transformação, ou quanto de cana-de-açúcar é necessário para a produção de açúcar. Esses coeficientes são chamados de coeficientes técnicos de produção. Eles são a razão entre aquisições intermediárias em termos do produto final de cada atividade, e supõe-se ainda que haja

regularidade ao longo do tempo, ou seja, aceitando-se a hipótese comportamental/tecnológica da constância dos coeficientes técnicos. Todo esse trabalho somente será possível com a criação de uma Matriz de Insumo Produto para se obter a estrutura produtiva de uma economia.

Retornando para o papel das trocas na formação da oferta de demanda total de bens e serviços na economia de Pernambuco, dentro da demanda total, é fácil encontrar a participação das trocas; o gráfico 6 traz um resumo das principais atividades e dos setores da economia pernambucana no que se refere à participação das importações na oferta a preços básicos em 2005. Na economia, 29% da oferta correspondem aos produtos importados, sendo que a indústria tem o maior peso, já que 51% da oferta industrial correspondem a produtos originados de fora do estado.

Gráfico 6 – Participação percentual dos importados na oferta total dos setores e das principais atividades na economia pernambucana em 2005 – Valores em percentual (%)



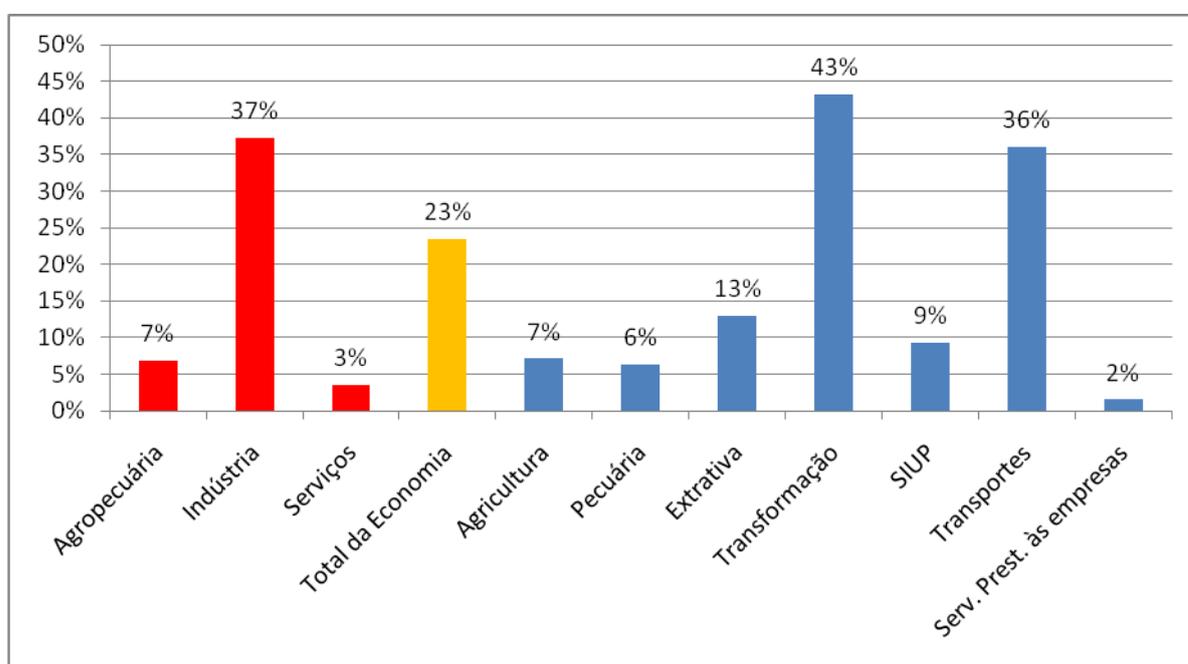
Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Por atividade, os maiores percentuais de participação dos importados são: a indústria de transformação, a indústria extrativa mineral, os serviços prestados às famílias, os serviços prestados às empresas, a pecuária, os transportes, a agricultura, o comércio (4%), SIUP (3%), os serviços de informação (2%), e

alojamento e alimentação. As outras atividades não descritas ou não apresentaram dados de importação ou representam menos de 1%.

Do lado da demanda, as exportações representam 23% do total, e mais uma vez o setor industrial, sobretudo a atividade da indústria de transformação, detêm o maior percentual, como mostra o gráfico 7. Diferentemente das importações, das vendas para fora do estado, somente a transformação e os serviços de transportes apresentam percentuais significantes para a formação da demanda das atividades. Como dito anteriormente, os produtos de atividades, como agricultura, pecuária, extrativa, SIUP entre outros, são consumidos internamente, sobretudo no consumo intermediário. Depois dos serviços prestados às empresas com 2% as atividades de serviços de informação, alojamento e alimentação, aluguéis e serviços prestados às empresas, as exportações participam com 1% de sua demanda total. As outras atividades não foram expressadas ou por falta de exportação, que é o caso da construção civil, APU e serviços domésticos, ou pelo valor ser próximo a 0%.

Gráfico 7 – Participação percentual das exportações na demanda total dos setores e principais atividades na economia pernambucana em 2005 – Valores em percentual (%)

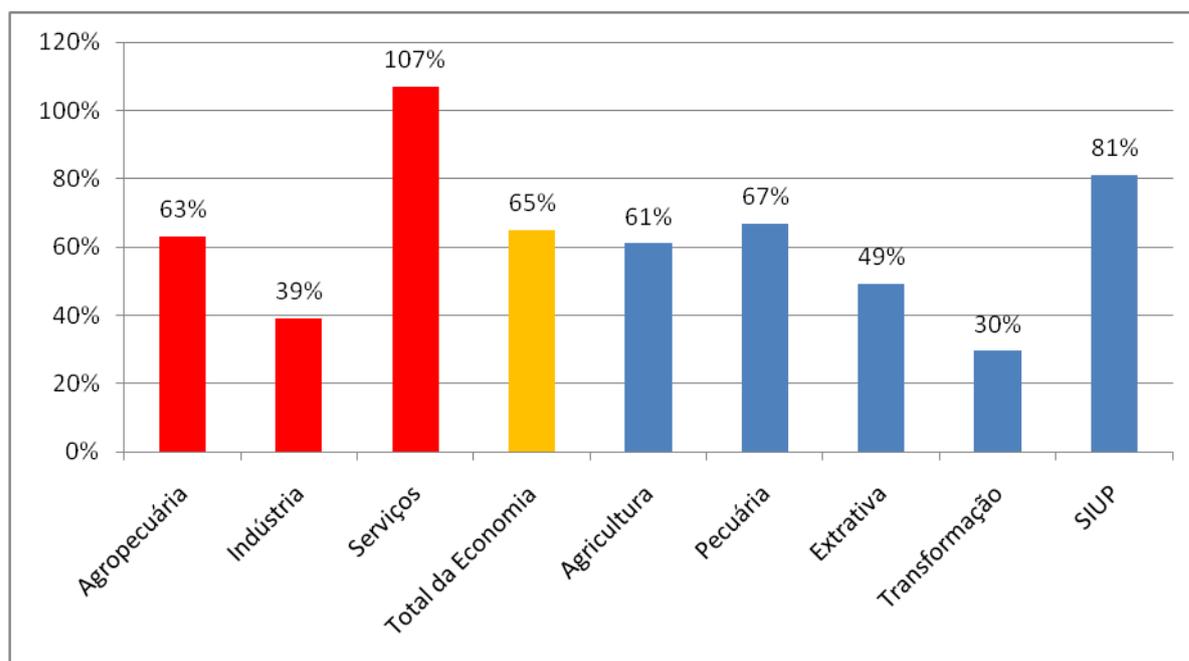


Fonte: Agência Condepe/Fidem.

O gráfico 8 mostra outro tipo de análise do total da produção dividido pela demanda total na economia pernambucana. É o percentual da produção com

relação ao consumo total (não somente das famílias, mas de outras unidades da federação, empresas governo). Pernambuco produziu 65% do que demandou no ano de 2005. Entretanto, o setor dos serviços tem percentual acima dos 100%; isso não demonstra que o estado exporta parte dos serviços excedentes em sua economia, mas por ser uma característica do setor a produção maior que a demanda. A APU (a maior entre os serviços) e os serviços domésticos são totalmente consumidos internamente, os aluguéis, serviços financeiros e saúde e educação mercantis têm grande parte consumida internamente, algo em torno de mais de 95%. Já o comércio apresenta um percentual de 450%, sua produção é 4,5 vezes maior que sua demanda, todavia destaca-se que seu consumo é através da margem de comércio e não na demanda de sua produção.

Gráfico 8 – Participação percentual da produção na demanda total dos setores e principais atividades na economia pernambucana em 2005 – Valores em percentual (%)



Fonte: Agência Condepe/Fidem.

As seis maiores atividades exportadoras descritas no gráfico 8 somam 99% do total vendido para fora de Pernambuco. A agropecuária pernambucana foi responsável por 63% do que foi demandado internamente, o resto está diluído em importações, margem de comércio, de transportes e impostos. As influências negativas, levando em consideração que a produção local não foi suficiente para

abastecer a demanda local, foram os cultivos de cereais (como arroz, cevada e trigo), frutas cítricas (como laranja e limão), e a pesca. As positivas foram o cultivo da cana e a criação de bovinos, ou seja, o primeiro grupo são os importadores e o segundo, os exportadores.

A figura 9 ilustra a planilha de equilíbrio para o setor, como dito anteriormente no capítulo 4 na seção 4.3; o setor da importação representa 23% de sua oferta global contra 7% das exportações da demanda. O percentual maior das importações deve-se ao fato de que a produção do setor é concentrada nas atividades de fruticultura, cana e animais, ao mesmo tempo que torna a produção de cereais menor que a demanda, tornando-o o principal produto importado, participando com aproximadamente 30% do total importado do setor. Os cereais englobam a produção de trigo, cevada, arroz, entre outros, todos eles importantes para a produção de alimentos.

Figura 9 – Ilustração da Planilha de Equilíbrio do Setor Agropecuário para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhões de R\$

Agropecuária			
Valor da Produção	3.111	Consumo Intermediário	2.574
Importação	1.159	Exportação	338
Imposto de Importação	0	Consumo APU	-
IPI	-	Consumo ISFL	-
ICMS	166	Consumo Famílias	1.618
Outros Impostos líquidos de Subsídios	76	FBKF	413
Margem comércio	340	Estoques	(11)
Margem Transporte	79	CONS.TOTAL	-
	-	1.618	-
Total da oferta	4.932	Total da demanda	4.932
PARTICIPAÇÃO NA OFERTA		PARTICIPAÇÃO NA DEMANDA	
Valor da Produção	63%	Consumo Intermediário	52%
Importação	23%	Exportação	7%
Imposto de Importação	0%	Consumo APU	0%
IPI	0%	Consumo ISFL	0%
ICMS	3%	Consumo Famílias	33%
Outros Impostos líquidos de Subsídios	2%	FBKF	8%
Margem comércio	7%	Estoques	0%
Margem Transporte	2%		
Total da oferta	1	Total da demanda	1

Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Por outro lado, a produção da indústria representa menos da metade do que foi demandado, com destaque para a extrativa e a indústria de transformação, sendo que, desta última, somente 30% da demanda pernambucana é produzida internamente.

Com relação ao equilíbrio do setor, como explanado no capítulo 4 seção 4.2, diferentemente dos outros setores, tanto a importação como a exportação são de grande importância para a formação da oferta e da demanda do setor. A figura 10 mostra que 43% da oferta é oriunda de fora do estado, e a exportação representa 37% da demanda pernambucana em 2005. Somente a construção civil apresenta valores elevados de produção tanto com relação à demanda (97%) quanto em relação à oferta (100%); assim as trocas para atividades não interferem em sua formação.

Figura 10 – Ilustração da Planilha de Equilíbrio do Setor Industrial para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhões de R\$

Indústria Total			
Valor da Produção	26.598	Consumo Intermediário	17.300
Importação	29.891	Exportação	25.715
Imposto de Importação	116	Consumo APU	-
IPI	551	Consumo ISFL	-
ICMS	3.120	Consumo Famílias	19.909
Outros Impostos líquidos de Subsídios	976	FBKF	6.064
Margem comércio	6.331	Estoques	(96)
Margem Transporte	1.308	CONS.TOTAL	-
	-	19.909	-
Total da oferta	68.891	Total da demanda	68.891
PARTICIPAÇÃO NA OFERTA		PARTICIPAÇÃO NA DEMANDA	
Valor da Produção	39%	Consumo Intermediário	25%
Importação	43%	Exportação	37%
Imposto de Importação	0%	Consumo APU	0%
IPI	1%	Consumo ISFL	0%
ICMS	5%	Consumo Famílias	29%
Outros Impostos líquidos de Subsídios	1%	FBKF	9%
Margem comércio	9%	Estoques	0%
Margem Transporte	2%		
Total da oferta	1	Total da demanda	1

Fonte: Agência Condepe/Fidem

Vale destacar que, dos mais de R\$ 29,9 importados do setor industrial, cerca de 100% é de produtos da indústria de transformação, e, dos R\$ 25,7 bilhões exportados, o percentual é de 97% para a atividade.

Cerca de 51% da oferta de produtos da indústria oriundos da transformação é de fora do estado, sendo a maior parte de outras Unidades da Federação, como visto anteriormente. A figura 11 apresenta o resumo dos resultados, mostrando que a importação é maior que a exportação, ao mesmo tempo em que somente o consumo das famílias é maior que a produção do estado na atividade. Assim, pode-se dizer que mesmo se não existisse o consumo intermediário, Pernambuco ainda deveria importar produtos para o consumo.

Figura 11 – Ilustração da Planilha de Equilíbrio da atividade da Indústria de Transformação para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhões de R\$

Transformação			
Valor da Produção	17.131	Consumo Intermediário	13.706
Importação	29.607	Exportação	25.087
Imposto de Importação	116	Consumo APU	-
IPI	551	Consumo ISFL	-
ICMS	2.306	Consumo Famílias	17.287
Outros Impostos líquidos de Subsídios	655	FBKF	1.994
Margem comércio	6.318	Estoques	(89)
Margem Transporte	1.302	CONS.TOTAL	-
	-	17.287	-
Total da oferta	57.986	Total da demanda	57.986
PARTICIPAÇÃO NA OFERTA		PARTICIPAÇÃO NA DEMANDA	
Valor da Produção	30%	Consumo Intermediário	24%
Importação	51%	Exportação	43%
Imposto de Importação	0%	Consumo APU	0%
IPI	1%	Consumo ISFL	0%
ICMS	4%	Consumo Famílias	30%
Outros Impostos líquidos de Subsídios	1%	FBKF	3%
Margem comércio	11%	Estoques	0%
Margem Transporte	2%		
Total da oferta	1	Total da demanda	1

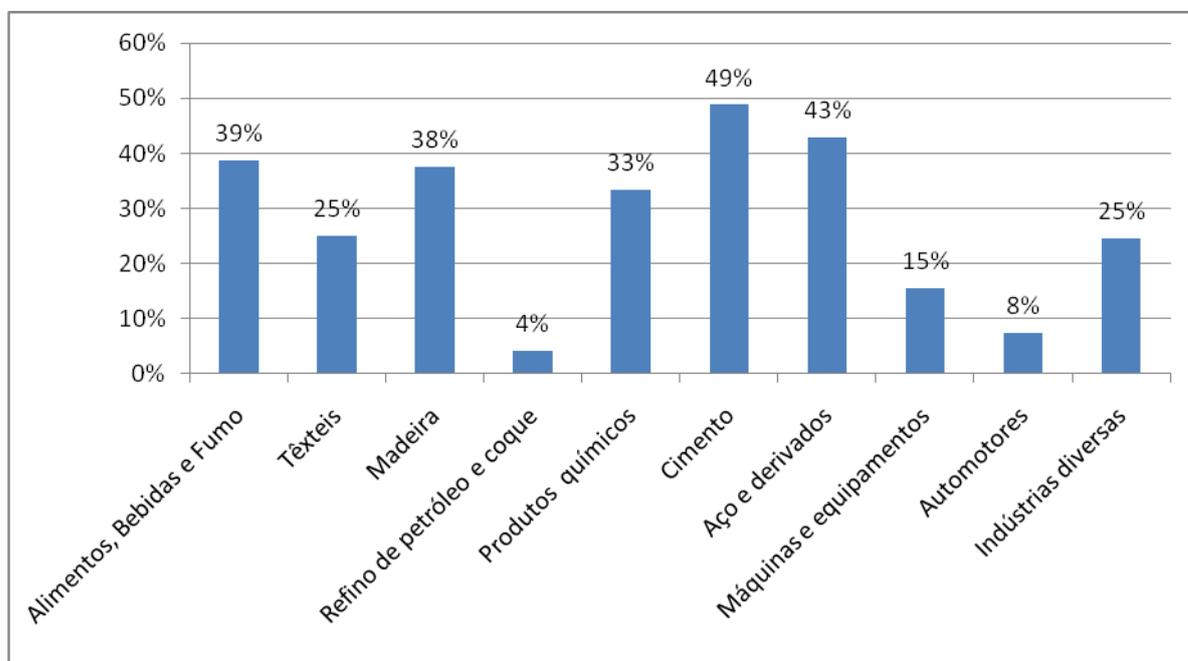
Fonte: Agência Condepe/Fidem.

No gráfico 9, visualizam-se as atividades da indústria de transformação da TRU-PE, e a grande maioria apresenta produção menor que a demanda. Somente a atividade cimento mostra um percentual próximo a 50%, vale ressaltar também a

atividade de aço e de derivados com 43%. Mesmo com percentuais acima da média dos outros gêneros, são atividades que representam baixa agregação de valor, sobretudo a primeira, pois o número encontrado equivale a dizer que 50% da demanda de produtos da indústria de vasilhames de vidros é importada.

Duas atividades destacam-se, pela baixa relação produção e demanda, o refino e os automotores, o que já era esperado devido à ausência de produção em território pernambucano dessas duas atividades. Outra relação abaixo da média é a da atividade de máquinas e equipamentos; como ela é produtora de bens de capital, a informação da TRU-PE para 2005 é que 85% advêm de fora do Estado, portanto grande parte da Formação Bruta de Capital Fixa foi importada. Destaca-se que até mesmo do maior gênero da indústria de transformação da economia pernambucana, alimentos, bebidas e fumo, a produção é responsável por menos de 40% da demanda, sendo ele o maior importador.

Gráfico 9 – Participação percentual da produção na demanda total das atividades da indústria de transformação na economia pernambucana em 2005 – Valores em percentual (%)



Fonte: Agência Condepe/Fidem.

A figura 12 apresenta o equilíbrio para o setor de serviços; como dito anteriormente, verifica-se sua autossuficiência, com relação à importação e à baixa exportação. Ressaltam-se ainda os valores negativos da margem de transporte e

comércio para contrapor os valores positivos na produção e o peso da APU de 33% na demanda. Fazendo uma comparação com o Brasil, onde a produção do setor é 111% da oferta, os serviços pernambucanos apresentando baixa representatividade nas trocas, 7% na importação e 3% na exportação, entretanto maiores que os percentuais no país são respectivamente, 3% e 2%. Nos dois a oferta (produção + importação) representa 114% da oferta, a maior diferença está na margem de comércio onde do estado é -15% e do país – 17%.

Figura 12 – Ilustração da Planilha de Equilíbrio do setor de Serviços para Pernambuco no ano de 2005 – Valores em milhões de R\$

Serviços			
Valor da Produção	46.838	Consumo Intermediário	13.737
Importação	3.004	Exportação	1.527
Imposto de Importação	-	Consumo APU	14.659
IPI	-	Consumo ISFL	1.422
ICMS	1.003	Consumo Famílias	12.233
Outros Impostos líquidos de Subsídios	977	FBKF	185
Margem comércio	(6.671)	Estoques	-
Margem Transporte	(1.387)	CONS.TOTAL	-
	-	28.314	-
Total da oferta	43.764	Total da demanda	43.764
PARTICIPAÇÃO NA OFERTA		PARTICIPAÇÃO NA DEMANDA	
Valor da Produção	107%	Consumo Intermediário	31%
Importação	7%	Exportação	3%
Imposto de Importação	0%	Consumo APU	33%
IPI	0%	Consumo ISFL	3%
ICMS	2%	Consumo Famílias	28%
Outros Impostos líquidos de Subsídios	2%	FBKF	0%
Margem comércio	-15%	Estoques	0%
Margem Transporte	-3%		
Total da oferta	1	Total da demanda	1

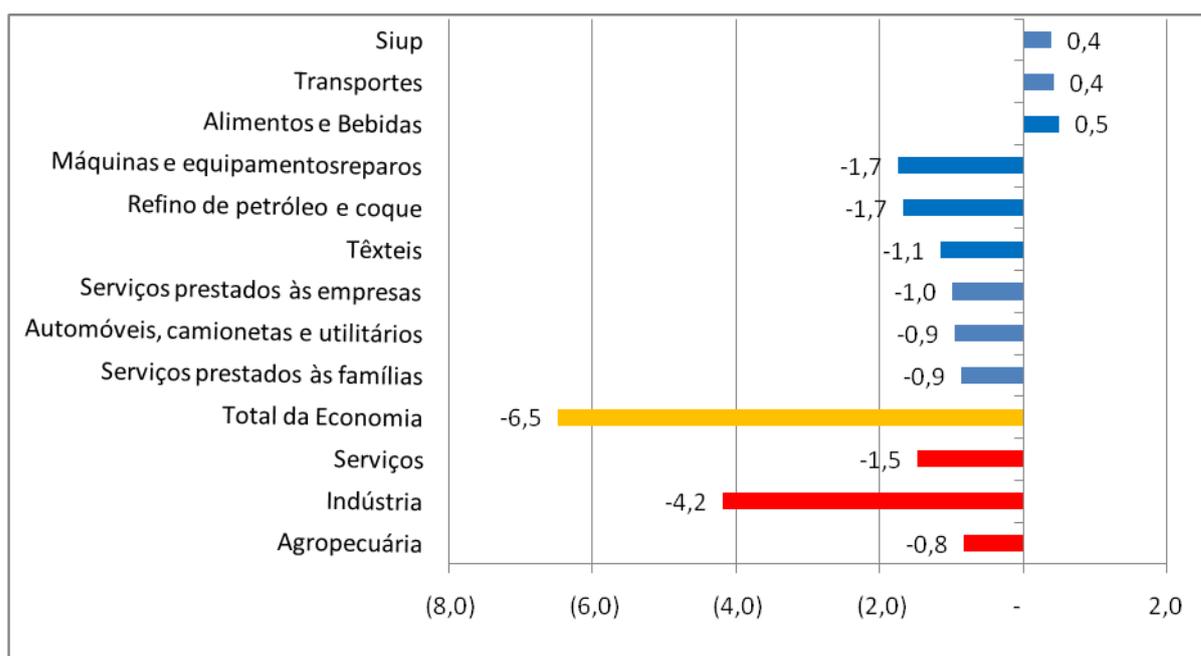
Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Com uma produção de aproximadamente 76,5 bilhões de reais, a economia pernambucana importou parte de sua oferta total para gerar e atender a sua demanda total, como visto na figura 7 do capítulo três, que mostra os percentuais da oferta dessa economia, sendo 65% produção local, e 29%, importação; vale ressaltar que o restante são impostos. Parte da produção local é alocada no

consumo intermediário, consumo das famílias, APU, ISFLSF e FBKF internamente, e ainda grande parte vai para as exportações. Como o valor das importações é maior que o das exportações, são 34,1 bilhões de reais contra R\$ 27,6 bilhões, fazendo com que o estado de Pernambuco apresente uma balança comercial em R\$ 6,5 bilhões negativa.

Por setor da economia, o maior déficit está na indústria, seguido dos serviços e por fim a agropecuária como mostra o gráfico 9. Esse perfil importador está presente em quase todos os 36 produtos calculados pela TRU-PE que apresentam transações com outras unidades da federação e com o resto do mundo. As exceções por ordem de grandeza são: os transportes, a indústria de alimentos e as bebidas (sem o gênero fumo), SIUP, a indústria de cimento, a indústria de produtos químicos, a indústria de produtos de madeira, o cultivo de outros produtos das lavouras, móveis e produtos das indústrias diversas, atividade imobiliária a aluguéis, intermediação financeira e extração de minerais não ferrosos. Vale salientar que a soma dos superávits desses 11 produtos é de aproximadamente R\$ 2,81 bilhões, e os cinco primeiros produtos representam aproximadamente 84%.

Gráfico 9 – Déficit/superávit dos setores e principais atividades na economia pernambucana em 2005 – Valores em bilhões de R\$



Fonte: Agência Condepe/Fidem.

Do lado deficitário, ou seja, a importação maior que a exportação, encontram-se 25 produtos, dos 36 com balança comercial. Os maiores déficits estão expressos no gráfico 6; como era esperado, são componentes da indústria de transformação que é o maior importador de Pernambuco. Com relação aos serviços prestados às empresas, o déficit de R\$ 980 milhões é devido à importação de serviços, como de publicidade; como expresso anteriormente, é uma atividade composta por empresas que demandam serviços gerados nacionalmente. Já na indústria de transformação, os déficits dos produtos de automóveis e refino de petróleo (combustíveis) são oriundos da não fabricação de seus principais produtos internamente e por serem consumidos, sobretudo pelas famílias, por exemplo, a gasolina para os carros de passeio.

Os produtos têxteis e as máquinas e equipamentos são produzidos internamente em grande escala, todavia não o suficiente para suprir a demanda total, principalmente no caso do segundo item onde o Estado importa em quase sua totalidade os produtos da linha branca entre outros, como televisores e aparelhos de DVD e celular. Os produtos máquinas e equipamentos são o terceiro maior importado pernambucano, atrás somente de alimentos e bebidas e produtos químicos. Já quanto aos produtos têxteis, grande parte do consumo das famílias é importada, sobretudo os vestuários e calçados de maior valor agregado, além do alto impacto da importação do polo de confecções de Caruaru e redondezas.

Por fim, para responder a algumas perguntas como, qual será o comportamento das trocas interestaduais e com o exterior com relação a possíveis alterações tanto na oferta como na demanda total³³ advindo dos novos empreendimentos da economia pernambucana, somente será possível com a conclusão de uma Matriz de Insumo Produto - MIP, que, segundo a Agência Condepe/Fidem, deve ficar pronta no ano de 2010.

³³ Tudo mais constante.

8. Conclusão

O objetivo deste trabalho foi quantificar, a partir TRU de Pernambuco para o ano de 2005, a contribuição das trocas por vias internas e externas para a formação da oferta de bens e serviços da economia pernambucana. A partir dos dados da TRU-PE, verificou-se que parte significativa dessa economia depende das trocas fora dos limites do estado tanto para a formação da oferta como da demanda total, principalmente a atividade da indústria de transformação.

Segundo a TRU-PE, as importações são responsáveis por 29% da oferta total, e somente as de outros estados da federação correspondem a 94% desse total, restando o que é trazido do resto do mundo. Já as exportações representam 23% do total da demanda total, sendo que mais uma vez as outras unidades da federação têm um peso maior, com 93% desse total.

Outra conclusão extraída foi que o estado de Pernambuco tem um caráter mais importador que exportador, podendo atribuir essa característica a seu papel de entreposto comercial para o Nordeste. Todavia, deve ser lembrada a ausência de produção de alguns produtos como combustíveis, cereais, automóveis entre outros, consumidos principalmente pelas famílias.

O setor industrial, sobretudo a indústria de transformação é responsável por 91% das exportações e 87% das importações pernambucanas totais, tornando-se o maior parceiro comercial com o resto do mundo e outros estados. É através da compra e da venda, atividades que completam em grande parte a oferta e a demanda pernambucanas. Em 2005 as exportações da indústria de transformação participavam com 21% da oferta total e 25% da demanda total.

Ressalta-se que uma das maiores contribuições do trabalho é a visualização de uma balança comercial interestadual pernambucana. As informações da TRU –PE permitiram analisar quais setores, atividades, gêneros industriais ou produtos são deficitários ou superavitários, como também qual depende mais das importações para a formação da oferta global ou qual é o maior exportador pernambucano.

Um dos principais problemas dos resultados encontrados é o caráter estático das informações para o ano de 2005. A atualização das informações requer muito esforço, principalmente para os dados da SEFAZ/PE. Outro problema é o ano base

de 2005; Pernambuco vem mostrando uma dinâmica econômica maior nos anos mais recentes, sobretudo com os investimentos estruturadores em SUAPE, ao mesmo tempo em que tanto as importações como as exportações podem ter sofrido alterações significativas com relação a alguns produtos.

Todavia, uma das maiores dificuldades é a compatibilização dos dados da SEFAZ para as importações e exportações interestaduais. Mesmo sendo de suma importância o trabalho realizado, há lacunas que podem ser preenchidas com uma melhor classificação das informações da SEFAZ, principalmente se as informações disponibilizadas fossem por produto, e não pela CNAE do estabelecimento, o que enriqueceria a análise.

Destaca-se ainda que as estimativas da TRU-PE estão em constante atualização por apresentarem diversas fontes de dados, já que as informações podem sofrer alterações. Por exemplo, nas estimativas da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, os dados são de 2002-2003, mas espera-se que em 2010 seja divulgada a POF 2008-2009, e pode ser que os resultados ao serem acoplados à TRU gerem novas estimativas, sobretudo no consumo das famílias.

Comparação com outras unidades da federação, atualização para o ano de 2008 ou qualquer outro, como também analisar a influência das trocas através de alterações da oferta ou da demanda são estudos que podem ser realizadas devido à realização deste trabalho. Entretanto, a maioria dos trabalhos citados somente será possível com a conclusão do trabalho da MIP-PE.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Sistema Aliceweb. Disponível em: <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Acessado em: fev. 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. Arrecadação das Receitas Federais por Unidade da Federação 2005. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/PorEstado/2005/default.htm>.

Acessado em: fev. 2008

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios 2005. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp Acessado em: fev. 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Matriz de Insumo-Produto Minas Gerais 2005. Notas Metodológicas. CD-ROM, Belo Horizonte, Agosto de 2009.

FEE. Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul – 1998. Documentos FEE, Porto Alegre, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: fev 2008.

FEIJÓ, Carmem. (et al.) Contabilidade Social: Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, - 3ed.

FIGUERÔA, Edmundo. Estruturação da Rede das Contas Regionais, Relato de Experiências, ANIPES, Boletim de Estatísticas Públicas, n.2, Salvador, julho de 2006.

GRIJÓ, Eduardo, BÊRNI, Dulio A. Metodologia completa para a estimativa de matrizes de insumo-produto, Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 14, n. 26, maio 2006.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais: Brasil. Notas Metodológicas, Rio de Janeiro, n.º 6, Conta da Produção, Versão para Informações e comentários. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2009.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais: Brasil. Série Relatórios Metodológicos, Rio de Janeiro, v. 24, 2008 – 2ed. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Sistema de Contas Regionais: Brasil. Série Relatórios Metodológicos, Rio de Janeiro, v. 37, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais: Brasil. Notas Metodológicas, Margem de Transporte e Comércio, Rio de Janeiro, n.21, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal 1996-2005. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2005. Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Pesquisa Anual de Comércio 2005. Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Pesquisa Anual de Serviços 2005. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura 1996-2005. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal 1996-2005. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2003-2005. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Pesquisa Orçamentos Familiares 2002-2003. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

IBGE. Pesquisa Industrial Anual 2005. Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, n. 1, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

KURESKI, Ricardo. Avaliação de Impactos da Indústria de Base Florestal sobre a Ocupação e Renda do Paraná – 1998 - Uma Aplicação da Matriz de Contabilidade Social, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003 Tese de Doutorado.

UNITED NATIONS. System of National Accounts 1993 Brussels/Luxembourg: Commission of the European Communities, 1993. Preparado sob os auspícios de Commission of the European Communities - Eurostat, International Monetary Fund, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations e World Bank. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp>>. Acesso em: dez 2008.

NUNES, Eduardo Pereira, Sistemas de Contas Nacionais: A Gênese das Contas Nacionais Modernas e a Evolução das Contas Nacionais do Brasil, São Paulo: UNICAMP, maio 1998. Tese de Doutorado.

PORSSE, Alexandre A.;HADDAD, Eduardo A.; RIBEIRO, Eduardo P. Estimando uma matriz de insumo-produto inter-regional Rio Grande do Sul – resto do Brasil. São Paulo, Texto para Discussão 20, Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo, 2003.